



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
UNIOESTE – CAMPUS TOLEDO**

ADALBERTO TELESKA BARBOSA

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO
SOCIAL: ESTUDO DA DISPARIDADE ENTRE DOIS
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE TOLEDO PR**

Toledo
2012

ADALBERTO TELESCA BARBOSA

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO
SOCIAL: ESTUDO DA DISPARIDADE ENTRE DOIS
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE TOLEDO PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócios, do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - *Campus* de Toledo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

Orientador: Prof. Dr. Silvio Antônio Colognese

Toledo
2012

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.

Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

B238d Barbosa, Adalberto Telesca
Desenvolvimento local e nível de organização social :
estudo da disparidade entre dois municípios da região de
Toledo PR / Adalberto Telesca Barbosa.-- Toledo, PR : [s. n.],
2012.
90 f. : il. (algumas color.), figs., tabs., grafs., quadros,
mapas. .

Orientador: Dr. Silvio Antônio Colognese
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e
Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas

1. Desenvolvimento regional 2. Desenvolvimento social 3.
Capital social 4. Maripá (PR) – Condições econômicas 5. São
Pedro do Iguaçu (PR) – Condições econômicas 6. Disparidades
econômicas regionais 7. Associações, instituições, etc. 8.
Estrutura social 9. Desigualdades sociais I. Colognese, Silvio
Antônio, Orient. II. T.

CDD 20. ed. 338.9.8162

ADALBERTO TELESKA BARBOSA

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO
SOCIAL: ESTUDO DA DISPARIDADE ENTRE DOIS
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE TOLEDO PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócios, do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - *Campus* de Toledo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Silvio Antônio Colognese
UNIOESTE – Toledo – PR

Prof. Dr. Alfredo Batista
UNIOESTE – Toledo – PR

Dr Valter Bianchini
EMATER – Curitiba – PR

Toledo, 30 de março de 2012.

AGRADECIMENTOS

Depois de extensa caminhada, sempre acompanhado de minhas limitações, mas ciente da necessidade de dedicação ao cumprimento do dever e das regras que me permitem viver em sociedade, me é devido reverenciar:

À vida, pela oportunidade de tê-la com saúde física e mental, dentro de parâmetros da possível compreensão e convivência com outros;

À família, esteio que me sustenta ao longo de minha existência, me deu a vida, valores, cultura, convívio e, o às vezes impertinente, incentivo;

À sociedade, com sua diversidade de comportamentos, obrigado por ter-me sido possível, muitas vezes, o direito da livre escolha;

Ao trabalho, necessidade para a sobrevivência física e psicológica, que bom que conquistei um, não rotineiro e, em muitos momentos, permitir-me útil;

Aos recursos naturais, especialmente o solo, a chuva, o sol e todo o conjunto derivado, minha gratidão. Sempre os admiro e sou grato;

Por fim, com relação a este mestrado apresento gratidão à minha instituição laboral (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER) pela oportunização, à instituição de ensino (Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE) pela disponibilização e ao meu orientador pela compreensão, otimismo e perseverança.

BARBOSA, Adalberto Telesca. **Desenvolvimento local e nível de organização social:** estudo da disparidade entre dois municípios da região de Toledo PR. 2012. 90 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2012.

RESUMO

A região administrativa de Toledo, localizada no Oeste do Estado do Paraná e composta por vinte municípios, no seu conjunto é uma região pujante, tendo no agronegócio o principal esteio de sua economia. No entanto, quando o desenvolvimento é analisado com seus municípios de forma individualizada as disparidades locais são evidentes. Muitos são os fatores que podem ser responsáveis por estas desigualdades locais, entre os quais citamos aspectos ligados ao processo de colonização, aspectos relacionados à capacidade produtiva do solo, a distribuição fundiária, entre outros. Neste estudo, buscamos analisar a organização das sociedades locais a partir de suas entidades associativas, fazendo a comparação entre dois municípios da região, Maripá e São Pedro do Iguaçu, os quais apesar de similaridade nos aspectos territoriais, tamanho da população e equidistância ao município polo regional, apresentam alta discrepância quando confrontado o seu nível de desenvolvimento. O estoque de capital social dos dois municípios mostrou diferenças importantes e que podem explicar a diferença no nível de desenvolvimento local. As organizações sociais existentes no município com maior nível de desenvolvimento local existem em maior quantidade e tem maior diversidade no seu objeto, formando uma rede de entidades associativas as quais unem interesses econômico-produtivos, sociais, culturais, recreativos e religiosos. Essas entidades estão a serviço da sociedade civil promovendo a união de interesses que convergem para a produtividade ou aspectos relacionados a comercialização, além de promover o bem estar de seus associados sendo também utilizadas pelo poder público local na realização de atividades de interesse comum da população. No município com menor desenvolvimento as entidades locais são em menor número e predominam aquelas em que seu objeto está relacionado a vínculos religiosos ou recreativos. Porém, também neste município o poder público local aproveita esta organização social como forma de implementar ações de conagração público e também viabilizar serviços de cunho assistencialista, educação e atendimento a exigências de políticas públicas de âmbito estadual ou federal.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Organização social.

BARBOSA, Adalberto Telesca. **Local development and level of social organization**: A study of disparity between two municipalities of Toledo PR region. 2012. 90 f. Dissertation (Master of Regional Development and Agribusiness). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2012.

ABSTRACT

The administrative region of Toledo, located in the West of Paraná and consisted of twenty municipalities, as a whole, it is a thriving region, having in agribusiness the mainstay of its economy. However, when the development is analyzed with its municipalities in individualized ways, the local disparities are clear. There are many factors that can account for these local inequalities, among them we mention aspects linked to the colonization process, aspects linked to the soil productive capacity, land distribution, among others. In this study, we aim to analyze the organization of the local societies from their associative entity, making the comparison between two municipalities of the region; Maripá and São Pedro do Iguaçu, which, in spite of the similarity in territorial aspects, size of population and equidistance to the regional pole municipality, present high discrepancy when their development level is confronted. The capital stock of both municipalities showed important differences and that can explain the difference in local development level. The social organizations existing in the municipality with higher level of local development exist in greater quantity and have greater diversity in their object, making a network of associative entities which join economic-productive, social, cultural, recreational and religious interests. These entities are in service of the civil society promoting the union of interests which erupt into the productivity or aspects related to the marketing, in addition to promoting their associates well-being and also used by the local public authorities in accomplishment of activities of the population common interest. In the municipality with lower development, the local entities are in smaller numbers and those ones in which their object is related to religious and recreational ties predominate. However, in this municipality, as well, the local public authorities make use of the social organization as a way of implementing actions of public harmony and also promoting services of assistance issue, education and accomplishment to public policy requirements of state and federal scope.

Keywords: Local development. Social organization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Região administrativa de Toledo e o sua localização no território do Estado do Paraná.....	14
Figura 2 - Densidade de habitantes rurais dos municípios da região de Toledo, o VBP por hectare de área rural explorada e a participação de grãos e da pecuária na composição do VBP Municipal.....	22
Figura 3 - Comparativo entre o percentual de pessoas que viviam em domicílios com energia elétrica (2000) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-2000) alcançado	24
Figura 4 - Classes de renda domiciliar per capita de domicílios particulares permanentes dos municípios componentes da Região de Toledo	27
Figura 5 - Mapa rodoviário com localização dos municípios de Maripá e São Pedro do Iguaçu	54
Figura 6 - Pirâmides Etárias dos municípios de Maripá (esquerda) e São Pedro do Iguaçu (direita) de acordo com censo 2010	55
Gráfico 1 - Distribuição percentual da população por faixa etária, Urbana e Rural, na Região de Toledo. IBGE – Censo 2010	20
Gráfico 2 - Consumo de energia elétrica no ano de 2010 de acordo com as categorias consumidoras nos municípios de Maripá e São Pedro do Iguaçu.....	61
Quadro 1 - Consumo de energia elétrica - ano base 2010.....	61
Tabela 1 - Índice IDH-M 2000 dos municípios da região administrativa de Toledo e com respectivas posições no ranking estadual	16
Tabela 2 - Variação percentual da população total e de acordo com o local de domicílio (urbano e rural) ocorrida entre os anos 2000-2010	17
Tabela 3 - Evolução da população total, urbana e rural dos municípios da região de Toledo no período 2000/2010	18
Tabela 4 - Densidade de habitantes na área Rural dos municípios da Região de Toledo e a relação com as principais atividades rurais componentes do VBP da Agropecuária	21
Tabela 5 - Consumo médio de energia elétrica residencial, a colocação no Ranking Regional do Índice de Desenvolvimento Humano-2000 e o PIB <i>per capita</i> dos municípios da Região de Toledo	25
Tabela 6 - Valor Bruto da Produção Agropecuária, sua composição e o consumo de energia elétrica rural nos municípios da Região de Toledo	26

Tabela 7 - Aspectos territoriais dos municípios de Maripá e São Pedro do Iguaçu.....	53
Tabela 8 - Principais indicadores econômicos e a disparidade de valores entre os municípios de Maripá e São Pedro do Iguaçu	57
Tabela 9 - Número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas – 2010	60
Tabela 10 - Evolução no consumo de energia elétrica 1993/2000/2010 nos municípios de Maripá e São Pedro do Iguaçu de acordo com as categorias de consumo	63
Tabela 11 - Dados de operacionalização do programa Bolsa Família nos municípios de Maripá e São Pedro do Iguaçu	64
Tabela 12 - IDH alcançado pelos municípios de Maripá e São Pedro do Iguaçu nos anos 1991 e 2000	65
Tabela 13 - Condição associativa dos responsáveis pelos domicílios rurais dos Municípios de Maripá e São Pedro do Iguaçu	66
Tabela 14 - Grupos associativos organizados com motivação econômica existentes nos municípios de Maripá e São Pedro do Iguaçu em janeiro de 2012	68
Tabela 15 - Grupos associativos organizados com motivação recreativa, cultural ou Assistencial nos municípios de Maripá e São Pedro do Iguaçu em janeiro de 2012	70
Tabela 16 - Grupos associativos organizados com motivação comunitária ou vinculados a instituições religiosas existentes nos municípios de Maripá e São Pedro do Iguaçu em janeiro de 2012	72

LISTA DE ABREVIATURAS

AAFASPI	Associação dos Agricultores Familiares de São Pedro do Iguaçu
ACIMA	Associação Comercial e Industrial de Maripá
AOM	Associação de Orquideocultores de Maripá
AQUIMAP	Associação dos Aquicultores de Maripá
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CTN	Código Tributário Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDF	Índice de Desenvolvimento da Família
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MWh	Megawatts-hora
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PAA	Programa de Alimentação Escolar
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
SEAB	Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná
SEDU	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano do Paraná
TEP	Toneladas Equivalente de Petróleo
TRE-PR	Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
VAB	Valor Adicionado Bruto
VBP	Valor Bruto da Produção Agropecuária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
 2 O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NA REGIÃO DE TOLEDO	13
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO	13
2.2 AS DISPARIDADES NA DINÂMICA DEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS	17
2.2.1 A ocupação desigual do espaço rural	20
2.3 O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA COMO INDICADOR DAS DISPARIDADES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL NA REGIÃO DE TOLEDO.....	23
2.3.1 O consumo de energia elétrica díspar como indicador das desigualdades no desenvolvimento econômico rural dos municípios da região de Toledo	26
2.4 A DISTRIBUIÇÃO DESIGUAL NO RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i>	27
2.5 AS EVIDÊNCIAS DAS DISPARIDADES NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	28
 3 NOÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL	29
3.1 A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO	29
3.2 O LOCAL COMO ESPAÇO DO DESENVOLVIMENTO.....	32
3.3 A ORIGEM DOS ELEMENTOS DETERMINANTES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	34
3.4 AS DISPARIDADES LOCAIS EM UMA MESMA REGIÃO.....	37
3.5 A COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS E A DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA.....	38
 4 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL	41
4.1 O CAPITAL SOCIAL	41
4.2 O ASSOCIATIVISMO COMO MECANISMO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	43
4.3 O CAPITAL SOCIAL DESIGUAL E AS DISPARIDADES LOCAIS.....	45

5 METODOLOGIA	47
5.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	47
5.2 OBJETIVOS	48
5.3 METODOLOGIA DA PESQUISA	49
5.3.1 Delimitação	49
5.3.2 Técnica de coleta de dados.....	51
5.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	51
 6 CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO OESTE DO PR: O CASO DO MUNICÍPIOS DE MARIPÁ E SÃO PEDRO DO IGUAÇU.....	 53
6.1 AS SIMILARIDADES NOS ASPECTOS TERRITORIAL E POPULACIONAL ...	53
6.2 AS DISPARIDADES NOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	57
6.3 O DISSENSO NO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	60
6.4 A DISPARIDADE NO ASPECTO FAMÍLIAS POBRES	63
6.5 AS DISPARIDADES NO INDICADOR IDH	64
6.6 O ASSOCIATIVISMO DOS RESPONSÁVEIS PELOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DE ACORDO COM CENSO AGROPECUÁRIO 2006.....	65
6.7 ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS NOS MUNICÍPIOS	67
 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 74
 REFERÊNCIAS.....	 77
 ANEXOS	 82
ANEXO A - DADOS DETALHADOS DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA ...	83
ANEXO B - EXIGÊNCIA DE ASSOCIATIVISMO PARA ACESSAR MERCADOS INSTITUCIONAIS	84
ANEXO C - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DOS MUNICÍPIOS DE MARIPÁ E SÃO PEDRO DO IGUAÇU – Ano 2010	85
ANEXO D - ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS DE MARIPÁ E SÃO PEDRO DO IGUAÇU	88

1 INTRODUÇÃO

A região de Toledo, localizada no Oeste do Estado do Paraná, apresenta-se composta por 20 municípios, que se distribuem ao longo de uma extensão territorial de 8.843,87 Km².

Com um processo de colonização ocorrido praticamente de forma simultânea, a região que teve sua formação a partir do encontro e transição de duas frentes de colonizadores, foi capaz da formação de uma estrutura produtiva agropecuária de destaque no Estado do Paraná, em não mais do que 60 anos.

Neste período, a região acompanhou os processos de mudança no ambiente político e econômico nacional, mas ao mesmo tempo teve uma dinâmica própria, tendo sido nesta curta trajetória, vanguarda na adoção de novas tecnologias agropecuárias.

Durante a etapa da colonização, houve uma forte atração de imigrantes para a região, motivados pela nova fronteira agrícola que se abria. Porém, durante o processo de modernização da agricultura, com a intensificação da mecanização, ocorreu uma forte migração populacional das áreas rurais para as sedes urbanas ou na busca por novas fronteiras agrícolas.

Esta dinâmica aconteceu de forma não equânime, o que desperta a atenção, particularmente quando se trata dos pequenos municípios, onde a disparidade nos indicadores de desenvolvimento, mesmo com um avanço geral positivo e continuado nos últimos anos, tem se mantido distanciado daqueles mais desenvolvidos.

Entre os vinte melhores posicionados no ranking dos 399 municípios do Estado do Paraná para o indicador 'Índice de Desenvolvimento Humano 2000' (IDH 2000), figuram 10 municípios pertencentes a região de Toledo. Este desempenho faz com que a região, quando analisada no seu conjunto, seja considerada desenvolvida, para efeito de políticas públicas de âmbito estadual e federal. Porém, quando os municípios são avaliados individualmente, se observa uma forte variação de desempenho, onde o melhor colocado obteve o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) 0,851 ocupando a segunda posição entre os municípios do Estado do Paraná, enquanto o mais baixo atingiu 0,700, ficando com a 340ª posição no mesmo ranking.

Nesse contexto, algumas indagações devem ser postas, como por exemplo: por que alguns municípios alcançaram um alto nível de desenvolvimento humano enquanto outros não chegaram ao mesmo patamar? Quais os principais fatores que afetaram o desenvolvimento nos municípios com menor IDH-M?

Vários são os fatores que podem ser responsáveis pelo desenvolvimento desigual entre os municípios da região. Entre eles podemos citar aspectos ligados ao processo de colonização, a capacidade produtiva do solo, a distribuição fundiária, entre outros.

Neste estudo, a partir da análise comparativa de dois municípios da região com desenvolvimento local desigual, mas com características semelhantes em termos de território, nos propomos a avaliar o estoque de capital social existente, expresso como associações horizontais entre pessoas. As organizações associativas analisadas são aquelas que unem as pessoas em torno de objetivos comuns, sejam eles de cunho: religioso, recreativo ou econômico, cuja existência possa afetar a relação entre as pessoas, a produtividade e o bem-estar da comunidade.

O estudo da desigualdade intra-regional assume relevada importância na proposta deste estudo, uma vez que entre as consequências do desenvolvimento desigual entre os municípios, está a distribuição demográfica no território, onde a população tende a buscar melhores oportunidades de emprego e renda.

Os municípios selecionados para este estudo foram Maripá e São Pedro do Iguaçu. Ambos apresentam similaridades nos quesitos: tempo de emancipação, extensão territorial, tamanho da população, proximidade em termos de localização, mas que destoam em indicadores econômicos e sociais.

Para a apresentação deste trabalho, estruturou-se esta dissertação em quatro capítulos. No primeiro, está apresentada a caracterização da região de Toledo, trazendo seus aspectos e dados gerais e, concomitantemente, a tentativa de evidenciar a discrepância nos indicadores de desenvolvimento apresentados pelos municípios componentes da região.

No segundo capítulo é feita uma revisão teórica sobre o desenvolvimento, buscando focar sua evolução conceitual, sua delimitação espacial, seus elementos determinantes e aspectos ligados às disparidades locais.

No terceiro capítulo, avalia-se, embasado em revisão teórica, o capital social, trazendo o associativismo como sua fonte de expressão em nível local, na busca de argumentos que deem sustentação a ideia de que a rede de organizações da sociedade civil seja um instrumento catalisador e com efeito sinérgico para o desenvolvimento local. Discute-se neste capítulo a organização da sociedade civil, suas imbricações com o desenvolvimento local e a possível relação com as disparidades locais.

No quarto e último capítulo, na forma de análise comparativa e interpretação de resultados, estão apresentados os resultados das informações coletadas nos municípios objeto deste estudo, buscando identificar elementos que evidenciem diferenças na composição de suas respectivas redes de organizações da sociedade civil que justifiquem o desenvolvimento desigual. Encerra-se com as considerações finais desta dissertação.

2 O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NA REGIÃO DE TOLEDO

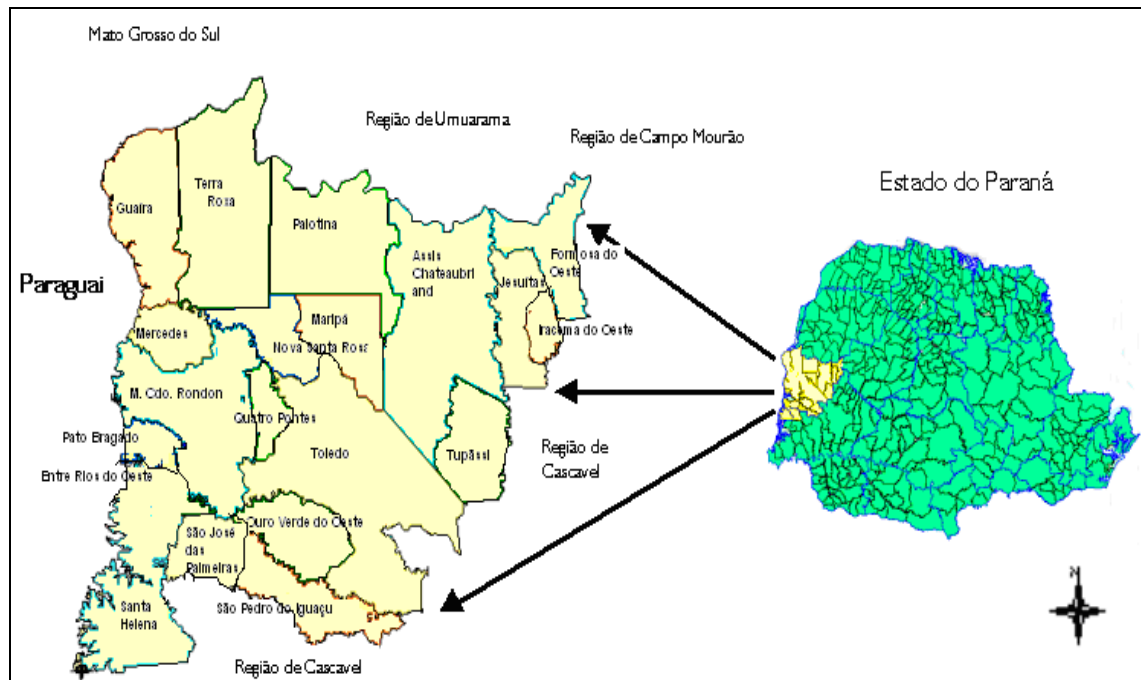
Neste capítulo apresenta-se a região de Toledo, com seus aspectos ligados a localização no Estado do Paraná, a extensão territorial e considerações com respeito ao seu processo de colonização. Analisa-se também aspectos relativos aos indicadores econômicos e sociais dos vinte municípios que compõem a região, mostrando que apesar de ser uma região desenvolvida no seu conjunto, a análise individualizada de seus aspectos econômicos e sociais demonstram as desigualdades locais. Essas disparidades ficam evidentes e se materializam através de uma distribuição desigual da população no território, associada a uma dinâmica diferenciada nas atividades produtivas e na renda mensal domiciliar *per capita*.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

O Estado do Paraná, de acordo com a subdivisão adotada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná (SEAB) está composto por 21 regiões administrativas (PARANÁ, 2009).

De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (IPARDES, 2011), a região administrativa de Toledo, localizada na região oeste do Estado, abrange uma extensão territorial de 8.843,87Km², correspondendo a 4,24% da extensão territorial do estado, estando subdividida em 20 (vinte) municípios (Figura 1).

Figura 1 - Região administrativa de Toledo e o sua localização no território do Estado do Paraná



Fonte: IPARDES, 2011 (adaptado pelo autor).

A colonização da região deu-se a partir de duas vertentes de migrantes. A primeira derivada da entrada da cafeicultura que tinha se dado no norte do estado e avançou para as terras roxas paranaenses e a segunda corrente surge com migrantes oriundos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul em busca de novas terras para lavouras (PARANÁ, 2006).

A colonização, com início a partir da segunda década do século XX, teve como consequência a formação de uma sociedade baseada no predomínio da pequena propriedade rural e da organização dos espaços urbano e rural nos moldes do espaço colonial do sul do Brasil habitado e vivenciado pelos euro-brasileiros, ou seja, imigrantes europeus do século XIX e seus descendentes (COLOGNESE; GREGORY; SCHALLENBERGER, 1999, p. 33).

O oeste paranaense foi a última região geográfica do Paraná a ser colonizada, e seu processo de ocupação ocorreu no centro do movimento político-econômico nacional denominado “Marcha para o Oeste”, deflagrado no início da década de 1930 (RIPPEL, 2005, p. 10).

Rippel (2005) considera as décadas de 1950 e 1960 como cruciais no processo de colonização, pois a região passou a viabilizar-se como área de

colonização capaz de absorver grandes contingentes populacionais, mantendo essa força atrativa até meados da década de 1970.

Com esta rápida expansão e passados pouco mais de 50 anos do início da fase da chegada dos migrantes, a região apresenta-se hoje, formada por uma rede de cidades, de pequeno e médio porte, conectadas por uma teia de estradas pavimentadas.

De acordo com Colognese, Gregory e Schallenberger (1999), a partir da colonização e até a atualidade, o desenvolvimento econômico do oeste do Paraná pode ser dividido em três fases distintas. A primeira fase, que predominou nas décadas de 1950 e 1960, coincidiu com a chegada das famílias de migrantes e se caracterizou por uma economia baseada no extrativismo, derivado da exploração da madeira nativa e no policultivo voltado para a subsistência familiar.

A segunda fase ocorreu quando da introdução da política nacional de modernização da agricultura, tendo seus efeitos ocorridos entre as décadas de 1970 e 1980. Nesta fase, através difusão da mecanização e do uso de insumos modernos a produção agrícola que até então se baseava na produção de subsistência se especializou nas culturas do trigo e da soja destinadas a exportação. A adoção desse modelo de produção resultou em mudança na estrutura fundiária com a redução no número de pequenas propriedades e também motivou a ocorrência de um forte processo de evasão rural.

A terceira fase do desenvolvimento econômico regional que teve seu início ainda na década de 1980 e se estende até a atualidade, está baseada na diversificação da base agropecuária, na busca de alternativas de agroindustrialização e na manutenção da competitividade dos produtos e dos produtores no contexto globalizado. O cultivo de grãos continua a ter na cultura da soja seu principal produto. Por outro lado a cultura do trigo teve sua importância reduzida tendo sido substituída pela cultura do milho que até então se caracterizava como cultura típica de verão e passou a ser cultivada no período outono-inverno favorecida pelo melhoramento genético que reduziu a duração de seu ciclo fenológico. Já no setor pecuário houve um grande salto tecnológico onde as atividades ligadas ao setor assumiram uma posição de vanguarda no ambiente econômico regional. Neste contexto, as atividades ligadas à pecuária especialmente

as criações intensivas de suínos e aves, conduzidas de maneira integrada entre produtor e indústria, tiveram uma rápida expansão.

Este conjunto de fatores faz com que a economia da região tenha, ainda hoje, a agropecuária como a principal atividade econômica. O Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP)¹ da região em 2009 foi de R\$ 3,35 bilhões, o que correspondeu a 8,95% do total do VBP do Estado do Paraná (PARANÁ, 2009).

Essa agropecuária diversificada e pujante possibilitou que a região obtivesse no IDH-2000, municípios com alto IDH² e bem colocados no *ranking* estadual.

Entre os vinte municípios que compõem a microrregião de Toledo, dez municípios obtiveram o IDH-2000, acima de 0,8 e ficaram entre os vinte primeiros colocados no *ranking* dos 399 municípios do Estado do Paraná (Tabela 1).

Tabela 1 – Índice IDH-M 2000 dos municípios da região administrativa de Toledo e com respectivas posições no ranking estadual

MUNICÍPIO	IDH-M Geral	Posição no Estado ^(*)	IDH-L (Longevidade)	IDH-E (Educação)	IDH-R (Renda)
Quatro Pontes	0,851	2º	0,878	0,944	0,730
Entre Rios do Oeste	0,847	4º	0,872	0,923	0,745
Maripá	0,845	5º	0,845	0,931	0,729
Palotina	0,832	7º	0,818	0,922	0,756
Marechal Cândido Rondon	0,829	8º	0,808	0,932	0,747
Toledo	0,827	9º	0,823	0,927	0,730
Pato Bragado	0,821	11º	0,833	0,910	0,720
Mercedes	0,816	13º	0,818	0,880	0,750
Tupãssi	0,809	16º	0,848	0,876	0,704
Nova Santa Rosa	0,806	17º	0,789	0,928	0,702
Santa Helena	0,799	25º	0,789	0,909	0,699
Formosa do Oeste	0,788	43º	0,847	0,865	0,652
Assis Chateaubriand	0,787	47º	0,726	0,887	0,749
Guairá	0,777	69º	0,769	0,868	0,695
Terra Roxa	0,764	105º	0,789	0,841	0,661
Ouro Verde do Oeste	0,764	106º	0,790	0,861	0,640
Jesuítas	0,762	119º	0,797	0,816	0,672
São Pedro do Iguaçu	0,732	233º	0,769	0,816	0,612
São José das Palmeiras	0,724	259º	0,767	0,794	0,610
Iracema do Oeste	0,700	340º	0,722	0,780	0,599

Fonte: IPARDES, 2011.

^(*) Trata-se da colocação no ranking entre os 399 municípios do Estado do Paraná.

¹ Índice de frequência anual, calculado com base na produção agrícola municipal e nos preços recebidos pelos produtores paranaenses. Engloba produtos da agricultura, da pecuária, da silvicultura, do extrativismo vegetal, da olericultura, da fruticultura, de plantas aromáticas, medicinais e ornamentais, da pesca, etc.

² O IDH é um índice composto baseado em três indicadores: expectativa de vida, medida em função da esperança de vida ao nascer; nível educacional, medido em função de uma combinação da taxa de adultos alfabetizados (ponderação, dois terços) e a taxa bruta de matrículas, combinando os níveis iniciais, médios e superior (ponderação de um terço); e nível de vida, medido por meio do PIB per capita (PPA em dólares) (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2010).

Por outro lado, nesta mesma microrregião, conforme pode ser observado na Tabela 1, seis municípios (30%), apresentaram o IDH-2000 inferior a 0,77, ficando após a 100ª colocação no mesmo *ranking* estadual. Destaca-se o fato de que enquanto o município de Quatro Pontes, que apresentou o melhor índice obteve o IDH-M 0,851 colocando-se em segundo lugar entre os municípios paranaenses, o mais baixo, Iracema do Oeste, obteve IDH-M 0,700 e está colocado na 340ª posição.

Este quadro indica que o desenvolvimento em âmbito local, medido pelo IDH, não se distribui igualmente entre os municípios da região administrativa de Toledo e que as disparidades hoje existentes, podem agravar uma situação já bastante pronunciada, que é o desequilíbrio na distribuição populacional, em especial a saída do meio rural e das pequenas sedes urbanas, nos locais economicamente mais deprimidos.

2.2 AS DISPARIDADES NA DINÂMICA DEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS

O somatório da população total dos 20 municípios que compõem a região de Toledo de acordo com o censo de 2010 perfaz 372.772 habitantes (IBGE, 2011). No comparativo entre os resultados dos censos de 2000 e 2010, a região apresentou uma taxa média geométrica de crescimento anual de 0,96%, ficando ligeiramente acima do verificado no território paranaense e um pouco abaixo do crescimento da população nacional, no mesmo período (Tabela 2).

Por outro lado, aumentou no período a concentração de pessoas nas áreas urbanas. A população residente em áreas urbanas que era 74,63% no ano 2000 passou para 81,44% no ano de 2010.

Em números absolutos, a população urbana no período cresceu 50.735 habitantes, enquanto a população rural decresceu 16.760 habitantes.

Tabela 2 - Variação percentual da população total e de acordo com o local de domicílio (urbano e rural) ocorrida entre os anos 2000 - 2010.

População	Brasil	Paraná	Região de Toledo
Total	12,29%	9,15%	10,03%
Urbana	16,68%	14,44%	20,07%
Rural	-6,63%	-13,97%	-19,50%

Fonte: IBGE, 2011 (adaptado pelo autor).

Na análise desta tabela, constata-se que a redução da população rural no período entre 2000 e 2010 na região de Toledo, foi superior a média do estado do Paraná e bastante superior a ocorrida na média nacional.

Esses dados relevantes, juntamente com os demais apresentados neste capítulo, requerem um estudo mais aprofundado onde se possa buscar a causa mais determinante para essa evasão das pessoas do meio rural da região. O fato é que esse movimento populacional ocorrido no período entre 2000 e 2010 infere que as oportunidades não estão bem distribuídas na região, no sentido da atração e/ou permanência de moradores.

A Tabela 3, a seguir, reforça a informação de que o processo de urbanização das pessoas é contínuo, porém, destaca que a forma e a intensidade são variáveis entre os municípios.

Tabela 3 - Evolução da população total, urbana e rural dos municípios da região de Toledo no período 2000/2010.

Municípios	População Total	Variação populacional 2000/2010		
	2010	Urbana %	Rural %	Total %
Toledo	119.353	26,03	-9,89	21,54
Marechal Cândido Rondon	46.799	25,24	-21,47	14,12
Assis Chateaubriand	33.028	7,27	-35,99	-0,87
Guaíra	30.669	13,26	-34,07	7,01
Palotina	28.692	18,88	-19,76	11,33
Santa Helena	23.425	28,29	1,46	14,32
Terra Roxa	16.763	15,94	-24,67	2,84
Jesuítas	9.001	12,24	-33,75	-8,45
Tupãssi	7.997	15,98	-34,14	-0,26
Nova Santa Rosa	7.625	36,39	-28,44	7,02
Formosa do Oeste	7.543	-1,31	-30,77	-13,84
São Pedro do Iguaçu	6.492	1,32	-25,60	-10,79
Maripá	5.691	8,86	-16,07	-3,36
Ouro Verde do Oeste	5.690	19,42	-21,01	3,98
Mercedes	5.046	63,03	-16,23	9,51
Pato Bragado	4.823	27,66	7,39	19,12
Entre Rios do Oeste	3.922	32,65	-4,19	17,85
São José das Palmeiras	3.831	6,77	-23,01	-6,61
Quatro Pontes	3.804	35,79	-26,13	4,33
Iracema do Oeste	2.578	-6,05	-29,76	-12,64
Região de Toledo	372.772	20,07	-19,5	10,3

Fonte: IBGE, 2011(adaptado pelo autor).

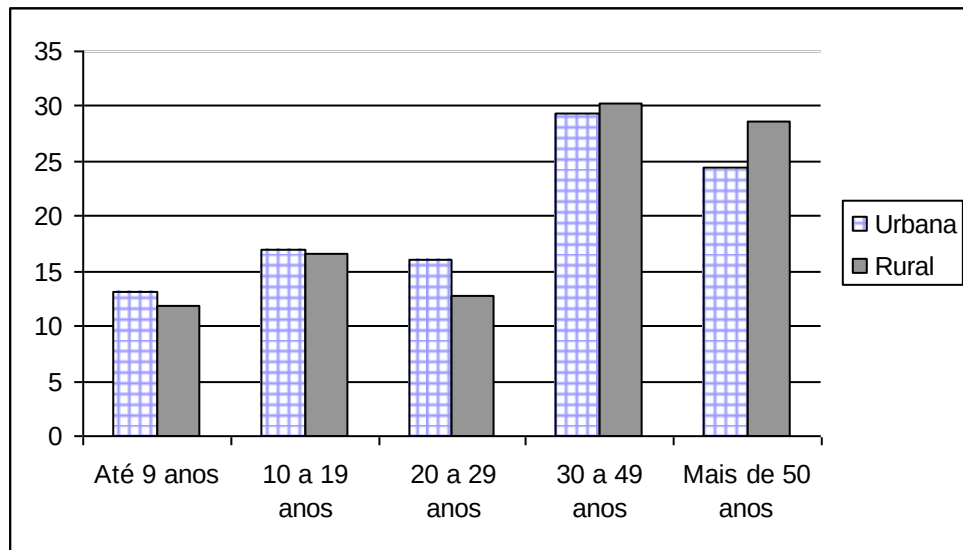
Os percentuais indicados acima evidenciam a disparidade ocorrida no período intercensitário 2000-2010. Enquanto alguns municípios cresceram acima de 15% o total de sua população, em outros ocorreu redução acima de 10% no total de seus habitantes.

Ao observar-se, isoladamente, a população urbana dos municípios da região, denota-se que, apesar de ter havido aumento populacional na quase totalidade das vinte sedes urbanas, a variação foi considerável. Mercedes, por exemplo, apresentou um incremento de 63,03% em sua população e, em alguns outros municípios, os índices de crescimento estão acima de 30% no total da população urbana. Por outro lado, constata-se que, em alguns municípios, o aumento foi pequeno, com destaque para Formosa do Oeste e Iracema do Oeste que tiveram, inclusive, redução de sua população urbana.

Com relação à população rural, de forma oposta, todos os municípios tiveram no período 2000-2010 redução de sua população residente, à exceção dos municípios de Pato Bragado e Santa Helena, que apresentaram aumentos de (7,39%) e (1,46%) respectivamente. Esta diminuição da população na área rural ocorreu de forma bastante variável entre os municípios, como pode ser observado na Tabela 3, chegando atingir, naqueles com maiores perdas, percentuais acima de 30% do montante de moradores residentes na área rural, no período de dez anos.

Outros dados a serem analisados no Gráfico 1, demonstram que o processo de urbanização na região de Toledo tem sido mais atrativo aos jovens que vêm nas áreas urbanas melhores oportunidades. O percentual de habitantes jovens na área urbana é maior se comparado a mesma faixa etária no meio rural, sendo que no meio rural a representatividade dos grupos de pessoas acima de 30 anos é maior no universo de moradores quando comparado com as mesmas faixas etárias da área urbana (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Distribuição percentual da população por faixa etária, Urbana e Rural, na Região de Toledo. IBGE – Censo 2010



Fonte: IBGE, 2011.

Como fica demonstrado no Gráfico 1, existe uma proporção maior de jovens na faixa etária de 20 a 29 anos na área urbana em relação a total da população quando comparada a mesma faixa na população rural. Por outro lado se observa que na área rural esta proporção passa a ser maior nos grupos etários mais avançados.

2.2.1 A ocupação desigual do espaço rural

A discrepância na distribuição da população rural da região é bastante acentuada. De acordo com o levantamento de dados do Censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), alguns municípios da região apresentam-se com sua área rural ocupada com mais de 15 habitantes por Km², como é o caso dos municípios de Santa Helena, Pato Bragado, Mercedes, Entre Rios do Oeste e Quatro Pontes. Em contrapartida, em outros municípios a ocupação rural é menor do que oito pessoas por Km², como é o caso de Assis Chateaubriand, Terra Roxa, Ouro Verde do Oeste, Guaíra, Tupãssi e Palotina (IBGE, 2011).

Essa densidade de ocupação rural mostra uma relação com o Valor Bruto da Produção da Agropecuária por hectare (VBP/ha), uma vez que pode ser observado que os municípios onde o Censo 2010 registrou maior densidade populacional rural verificam-se um maior VBP/ha. Essa maior permanência da população rural, pela

maior necessidade de mão de obra permanente e agregação de valor fica mais evidente, quando analisadas relacionando-as às principais atividades que compõe o VBP Municipal (Tabela 4).

Na Tabela 4 está apresentada a densidade populacional rural dos municípios da região, o valor bruto da produção agropecuária por área explorada e o percentual da renda que advém da agricultura e da pecuária. Para a agricultura, especificamente, apurou-se o valor auferido pelas principais culturas cultivadas no município e como pecuária, as principais atividades intensivas exploradas na região.

Tabela 4 - Densidade de habitantes na área Rural dos municípios da Região de Toledo e a relação com as principais atividades rurais componentes do VBP da Agropecuária

Município	Área Rural Agropecuária (ha) (*)	Densidade Rural Hab./Km ² (**)	VBP/ha R\$	Participação na composição do VBP	
				Agricultura %	Pecuária %
Pato Bragado	7.328	24,96	11.543,99	21,02	66,92
Santa Helena	43.790	24,72	7.942,49	27,68	44,27
Mercedes	13.708	19,02	6.335,07	26,31	46,23
Entre Rios do Oeste	7.122	18,03	13.174,56	19,44	69,06
Quatro Pontes	8.880	15,38	10.638,68	35,98	49,61
Marechal Cdo. Rondon	50.758	15,11	8.659,93	18,56	60,01
Nova Santa Rosa	17.157	13,47	11.484,21	24,57	60,84
Toledo	87.283	12,66	11.173,84	22,22	54,21
Jesuítas	23.349	12,55	6.478,35	25,16	42,87
Formosa do Oeste	23.907	10,75	5.449,77	31,34	56,47
São Pedro do Iguaçu	23.637	10,31	4.424,85	34,15	45,47
Maripá	25.327	9,56	7.770,51	35,65	50,72
São J. das Palmeiras	15.545	9,13	3.627,55	13,23	35,98
Iracema do Oeste	7.178	8,02	4.941,61	59,42	16,34
Palotina	53.622	7,53	7.724,58	37,32	40,21
Tupãssi	25.551	6,70	6.711,42	50,68	37,45
Guaíra	37.430	6,67	3.828,74	74,81	4,92
Ouro Verde do Oeste	25.559	6,47	4.518,53	27,08	48,87
Terra Roxa	73.649	5,37	3.170,35	67,79	9,66
Assis Chateaubriand	84.656	4,74	5.119,05	53,82	31,08

Fontes: IBGE, 2011; PARANÁ, 2009 (Cálculos feitos pelo autor).

(*) Trata-se do somatório da área ocupada com agricultura, pastagens e áreas agrícolas não utilizadas.

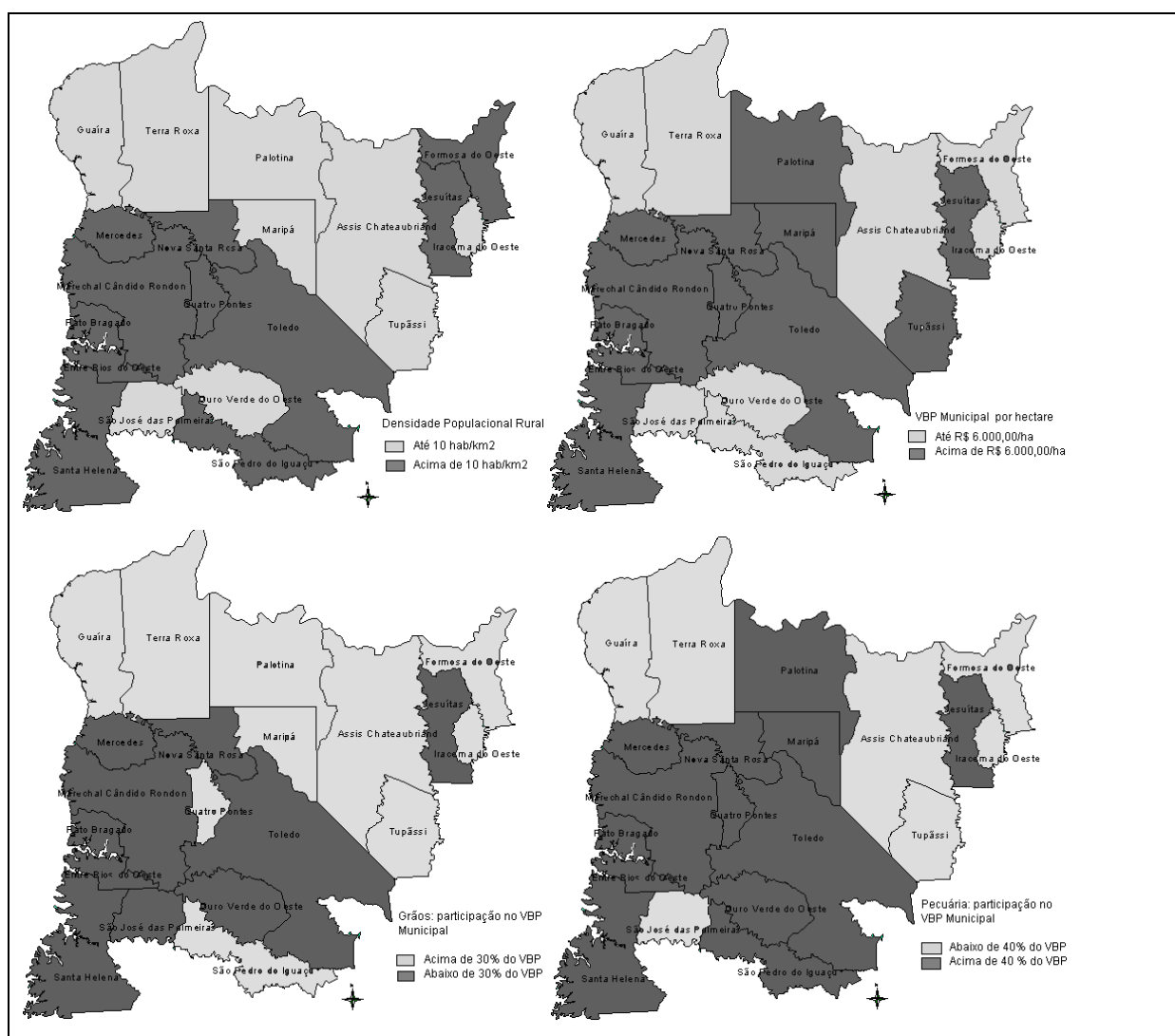
(**) Refere-se ao número de habitantes do meio rural distribuídos pela área rural explorada.

Verifica-se de acordo com os dados expressos na tabela acima, que há uma ocupação muito desigual do espaço rural dos municípios da região. Enquanto o município de Pato Bragado, com maior densidade rural se apresenta com 24,96

hab/km², o município de Assis Chateaubriand, com a menor ocupação do espaço rural, possui apenas 4,74 hab./km².

Quando se analisa os dados da densidade populacional rural comparativamente com a composição do Valor Bruto da Produção Agropecuária Municipal, observa-se que nos municípios onde há um maior número de habitantes rurais por área explorada, há uma maior participação da atividade pecuária, entendida como a suinocultura, a avicultura e a pecuária leiteira, enquanto naqueles onde predomina a atividade agricultura, que na região caracteriza-se especialmente pela produção de soja, milho verão, milho cultivado na segunda época e o trigo, há uma baixa ocupação do espaço rural (Figura 2).

Figura 2 -Densidade de habitantes rurais dos municípios da região de Toledo, o VBP por hectare de área rural explorada e a participação de grãos e da pecuária na composição do VBP Municipal



Fonte: IBGE, 2011 (Censo 2010); PARANÁ, 2009; VBP-2010 (Cálculos elaborados pelo autor)

A Figura 2 mostra que há uma estreita relação entre a densidade populacional rural com o Valor Bruto da Produção Agropecuária por unidade de área explorada. Os municípios onde existem mais do que 10 habitantes por quilômetro quadrado em sua maioria possuem o VBP/ha superior a R\$ 6.000,00.

A mesma tendência se materializa quando analisados os principais produtos que compõem o VBP municipal. Os municípios onde a produção de grãos tem uma participação maior do que 30% no conjunto do VBP municipal são aqueles que também apresentam baixa densidade de população rural. Ocorre o oposto nos municípios onde a pecuária intensiva passa a ter uma participação acima de 40%, passando a densidade de população rural ser superior a 10 hab./km².

2.3 O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA COMO INDICADOR DAS DISPARIDADES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL NA REGIÃO DE TOLEDO

O nível de consumo de energia é um indicador da dinâmica do nível de produção e do desenvolvimento. Para Goldemberg (1998), o consumo de energia *per capita* pode ser usado como um indicador do desenvolvimento, vez que em países de baixo consumo energético, as taxas de analfabetismo, mortalidade infantil e fertilidade total são altas, enquanto a expectativa de vida é baixa. Sustenta ainda o desafio de um consumo mínimo de energia para a promoção do desenvolvimento, pois os países desenvolvidos apresentam consumos acima de duas Toneladas Equivalente de Petróleo (TEP)³ *per capita* anual, índice onde as condições sociais melhoram consideravelmente.

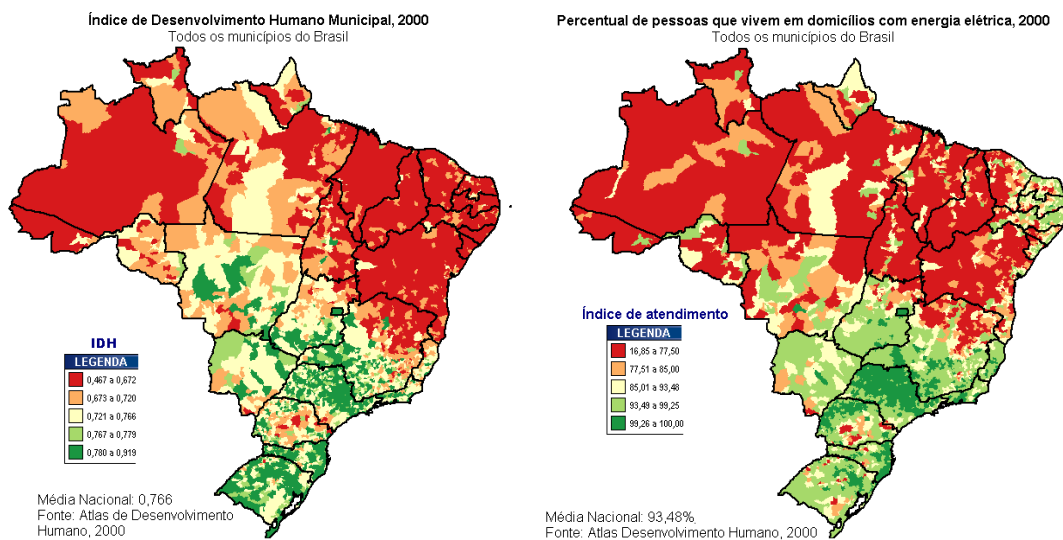
Para Trigo (2004), os países que tem um baixo IDH coincidentemente são aqueles que também apresentam um consumo de energia *per capita* muito baixo. Por outro lado, chama a atenção o fato de que a associação entre os níveis de consumo energético e os de desenvolvimento humano não é tão óbvia como parece à primeira vista, vez que países com menor consumo energético podem alcançar semelhantes níveis de desenvolvimento humano. Conclui que o modelo político e

³Uma Tonelada Equivalente de Petróleo (TEP) é a energia contida nesse volume de combustível, sendo igual a 10 milhões de kcal ou 11.630,56 kWh. Para se ter uma idéia desta grandeza física, a energia média mínima necessária para um ser humano adulto permanecer vivo é aproximadamente 1.000 kcal por dia. Para um adulto engajado em atividades normais, ela é de aproximadamente 2.000 kcal por dia. Para um homem envolvido em trabalho manual pesado, são necessárias 4.000 kcal por dia (GOLDEMBERG; DONDERO, 2003, p. 44 *apud* TRIGOSO, 2004, p. 64).

socioeconômico escolhido por uma determinada sociedade desempenha um papel de fundamental importância, que é o que determina a relação entre energia, consumo e desenvolvimento.

De acordo com o 'Manual de Operacionalização' do 'Programa Luz Para Todos' (BRASIL, 2009), a maioria dos locais com mais baixo IDH no Brasil também apresentam os mais baixos índices de atendimento de energia elétrica, o que evidencia a relação entre o consumo de energia e desenvolvimento econômico (Figura 3).

Figura 3 - Comparativo entre o percentual de pessoas que viviam em domicílios com energia elétrica (2000) e o índice de desenvolvimento humano (IDH-2000) alcançado.



Fonte: BRASIL, 2009, p. 6.

Nota: O 'Programa Luz Para Todos' foi desenvolvido pelo Governo Federal e pelos Estados, para assegurar que o esforço de eletrificação do campo resulte em incremento da produção agrícola, proporcionando o crescimento da demanda por energia elétrica, o aumento da renda e a inclusão social da população beneficiada (BRASIL, 2009, p. 6).

Também nos municípios integrantes da região de Toledo, os dados indicam que o consumo médio de energia elétrica residencial está relacionado com o nível de qualidade de vida, aferido pelo último IDH-2000. Quando comparados os níveis de consumo de energia elétrica e o de desenvolvimento humano, conclui-se que o consumo acompanha o nível do IDH-M (Tabela 5).

Tabela 5 - Consumo médio de energia elétrica residencial, a colocação no Ranking Regional do Índice de Desenvolvimento Humano-2000, o PIB *per capita* e a respectiva taxa de alfabetizados dos municípios da Região de Toledo.

Município	Energia Elétrica Consumo Resid. (Mwh) (*)	IDH-2000 Ranking Regional	PIB <i>Per capita</i> (R\$)	Taxa de Alfabetizados (%) (**)
Entre Rios do Oeste	2,36	2º	16.860,00	97,01
Mercedes	2,35	8 º	17.292,00	96,05
Palotina	2,19	4 º	28.659,00	94,63
Quatro Pontes	2,16	1º	19.710,00	98,88
Maripá	2,13	3º	25.453,00	96,87
Nova Santa Rosa	2,11	10 º	16.542,00	97,16
Marechal C Rondon	2,04	5 º	19.172,00	96,36
Guairá	2,02	14 º	12.117,00	91,31
Pato Bragado	1,94	7 º	11.773,00	96,46
Santa Helena	1,92	11 º	13.106,00	92,97
Toledo	1,91	6 º	18.694,00	95,74
Terra Roxa	1,80	15 º	16.365,00	90,72
Tupãssi	1,77	9 º	17.563,00	93,63
Assis Chateaubriand	1,75	13 º	15.115,00	92,52
Formosa do Oeste	1,73	12 º	11.052,00	90,36
Ouro Verde	1,62	16 º	14.148,00	90,96
Jesuítas	1,58	17 º	11.213,00	90,56
Iracema do Oeste	1,45	20 º	13.341,00	85,71
São José das Palmeiras	1,45	19 º	8.906,00	87,16
São Pedro do Iguaçu	1,40	18 º	14.282,00	89,44

Fonte: IPARDES, 2011; IBGE, 2011 (Censo 2010)

(*) Trata-se da razão do consumo residencial, ou seja, o consumo total residencial do município dividido pelo número de consumidores da classe residencial realizado no ano de 2010.

(**) Refere-se Taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade, Censo 2010.

Os dados constantes desta tabela evidenciam que os municípios de Ouro Verde do Oeste, Jesuítas, São Pedro do Iguaçu, São José das Palmeiras e Iracema do Oeste, últimos colocados no *Ranking* Regional do IDH, também foram os que consumiram menos energia residencial *per capita*. Por outro lado, os municípios com o maior consumo médio de energia elétrica residencial, também foram os melhores posicionados no *Ranking* dos municípios da região no IDH-2000.

Como o IDH é calculado a partir de uma composição que leva em conta a educação e o PIB *per capita*, como era de se esperar, o nível do consumo de energia elétrica residencial também aparece proporcional a estes dois indicadores. Os municípios que apresentaram maior percentual de analfabetos foram também aqueles com menor consumo de energia elétrica no ano de 2010.

2.3.1 O consumo de energia elétrica díspar como indicador das desigualdades no desenvolvimento econômico rural dos municípios da região de Toledo

O consumo de energia elétrica nas propriedades rurais dos municípios componentes da região de Toledo demonstra a dinâmica produtiva desigual do meio rural. O consumo *per capita* de energia elétrica elevado indica que as atividades rurais desenvolvidas no município são mais diversificadas. Nos municípios com menor diversificação produtiva e onde a produção de grãos tem maior participação na composição do Valor Bruto da Produção Agropecuária Municipal há um menor consumo de energia elétrica rural *per capita* (Tabela 6).

Tabela 6 - Valor Bruto da Produção Agropecuária, sua composição e o consumo de energia elétrica rural nos municípios da Região de Toledo.

Município	Consumo Rural <i>Per capita</i> (Mwh)	VBP (R\$/ha) (*)	Participação na composição do VBP	
			Grãos %	Pecuária %
Quatro Pontes	16,99	10638,68	35,98	49,61
Palotina	15,74	7724,58	37,32	40,21
Mercedes	14,44	6335,07	26,31	46,23
Entre Rios do Oeste	14,42	13174,56	19,44	69,06
Nova Santa Rosa	11,52	11484,21	24,57	60,84
Toledo	11,36	11173,84	22,22	54,21
Maripá	11,17	7770,51	35,65	50,72
Marechal Cdo. Rondon	10,56	8659,93	18,56	60,01
Pato Bragado	10,22	11543,99	21,02	66,92
Santa Helena	9,47	7942,49	27,68	44,27
Ouro Verde do Oeste	8,89	4518,53	27,08	48,87
Assis Chateaubriand	8,68	5119,05	53,82	31,08
Iracema do Oeste	8,15	4941,61	59,42	16,34
Tupãssi	8,12	6711,42	50,68	37,45
Formosa do Oeste	7,28	5449,77	31,34	56,47
Jesuítas	6,25	6478,35	25,16	42,87
São Pedro do Iguaçu	5,75	4424,85	34,15	45,47
São José das Palmeiras	5,52	3627,55	13,23	35,98
Terra Roxa	5,42	3170,35	67,79	9,66
Guairá	4,52	3828,74	74,81	4,92

Fonte: PARANÁ, 2009; IPARDES, 2011.

(*) Trata-se do VBP por hectare considerada a área rural agropecuária, de acordo com dados do Censo agropecuário 2005/06.

Conforme se verifica na Figura 4 os municípios com renda mensal domiciliar *per capita* mais baixa estão localizados nos extremos da região.

Os municípios do núcleo central apresentam menos do que 15% de domicílios particulares permanentes, sem renda ou com rendimento mensal domiciliar *per capita* inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Já os municípios situados ao Nordeste, Noroeste e Sul da região possuem mais do que 15% dos domicílios com renda mensal *per capita* abaixo de $\frac{1}{2}$ salário mínimo ou sem renda demonstrando a diferença existente na distribuição da renda.

2.5 AS EVIDÊNCIAS DAS DISPARIDADES NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Com os dados dos indicadores apresentados neste capítulo, ficam evidentes as desigualdades no nível de desenvolvimento entre os vinte municípios componentes da região de Toledo, especialmente nas três dimensões estudadas: distribuição populacional, dinâmica das atividades produtivas e renda mensal domiciliar *per capita*.

Reduzir as desigualdades entre os municípios da região, especialmente buscando o desenvolvimento mais harmônico, com boa distribuição de atividades geradoras de emprego e renda que promovam uma distribuição populacional mais equitativa torna-se importante para o desenvolvimento regional. Para Costa (2010), o planejamento estatal, aparece como mecanismo fundamental de correção das desigualdades locais e regionais. No entanto, este planejamento somente será eficaz se for precedido de uma adequada compreensão dos fatores associados a esta desigualdade no desenvolvimento local.

Alonso e Amaral (2005) argumentam que as disparidades regionais em padrões elevados e com tendências a elevação não são desejáveis, podendo se constituir em sérias restrições à expansão econômica regional. Defendem também que os resultados para redução de disparidades devem ser frutos de planejamento de longo prazo, sendo ingenuidade acreditar que os resultados podem ser alcançados apenas com políticas públicas e também imaginar que o livre funcionamento das forças de mercado seja suficiente para a redução das desigualdades.

3 NOÇÕES SOBRE “DESENVOLVIMENTO LOCAL”

Neste capítulo discute-se o conceito de desenvolvimento, que desde sua introdução e por longos anos, transmitia os anseios de materializar as mudanças econômicas provocadas pelos processos de industrialização. Nesse contexto, a busca desenfreada pela industrialização, excluiu regiões ou localidades, que não puderam inserir-se neste modelo e que sofreram as consequências de uma pobreza generalizada. Esse conceito teve uma nova formatação a partir de iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) de introduzir no conceito a expressão “ambiente humano”, incorporando a partir de então a dimensão social ao conceito.

Analisa-se também as fontes e a delimitação espacial onde acontece o desenvolvimento com a abordagem das disparidades locais e analisa-se por fim, a competência dos municípios como espaços de mobilização dos agentes locais, a luz dos ditames da Constituição Federal da República de 1988.

3.1 A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Durante longos anos, o conceito de desenvolvimento, surgido na Europa no século XVIII para explicar as mudanças econômicas produzidas pelos processos de industrialização, significou o crescimento, o progresso ou a evolução do capital (FAVERO, 2003).

Nesse conceito, cabia ao Estado o papel de força organizadora e à indústria a responsabilidade pela geração do desenvolvimento. Nessa sistemática, a participação social não influenciava no processo do desenvolvimento, ficando o atributo das decisões para os gestores do Estado e do capital industrial, que investiam como e onde melhor lhe convinham para maximizar a reprodução do capital. Esse modelo teve como indicador de desenvolvimento o Produto Interno Bruto (PIB)⁴.

Sob o amparo desse modelo, ocorreu a busca desenfreada pela industrialização e pela modernização da agricultura, na busca pelo desenvolvimento

⁴ Produto Interno Bruto é o somatório de todos os bens e serviços produzidos em uma economia em determinado período de tempo.

econômico, o que levou a maioria dos países do mundo a concentrar seus esforços na promoção do crescimento do PIB, deixando a qualidade de vida em segundo plano.

Ao adotar esse modelo de desenvolvimento, algumas regiões, em face de seus recursos naturais ou seu parque industrial, inseriram-se no mercado globalizado⁵ em detrimento de outras. Os efeitos negativos sobre “as regiões que perderam”, ou não puderam inserir-se no modelo, resultou em uma pobreza generalizada (CORAGGIO, 2005, p. 5). Especialmente no meio rural esse modelo resultou na expulsão de trabalhadores rurais pela perda da competitividade de suas produções, ou pelo avanço de novos proprietários, que puderam comprar a terra a baixos preços e investir em novas tecnologias para espoliar em poucos anos os recursos naturais.

As regiões ou localidades que não tinham ou não puderam encontrar atividades capazes de reinserir-se no “mercado” passaram a conviver com um processo de exclusão generalizada e com uma aguda pobreza local.

No ano de 1972, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, é introduzido no debate sobre desenvolvimento, o componente “ambiente humano”, que trouxe a ideia do desenvolvimento sustentável⁶, incorporando a dimensão social. Nessa conferência, o primeiro princípio previa:

O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e condições adequadas de vida, em um ambiente de qualidade tal que permita uma vida de dignidade e bem-estar, e ele tem uma responsabilidade solene de proteger e melhorar o ambiente para as gerações presentes e futuras. A este respeito, as políticas que promovem ou perpetuam o apartheid, segregação racial, a discriminação, colonial e outras formas de opressão e de dominação estrangeira permanecem condenadas e devem ser eliminadas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2011).

Para essa nova concepção a base material continuou decisiva, mas passou a ser vista não como fim, mas como meio, para o desenvolvimento (ABRAMOVAY,

⁵ A globalização corresponde “a um novo regime de acumulação do capital, um regime mais intensamente globalizado que os anteriores, que visa, por um lado, dessocializar o capital, libertando-o dos vínculos sociais e políticos que no passado garantiram alguma distribuição social e, por outro lado, submeter a sociedade no seu todo à lei do valor, no pressuposto de que toda atividade social é mais bem organizada quando organizada sob a forma mercado (FAVERO, 2008).

⁶ O conceito de desenvolvimento sustentável está ligado a história do pensamento ambiental, tendo partido dos movimentos ambientalistas que surgiram na Europa e nos Estados Unidos, a partir das décadas de 1960 e 1970 (OLIVEIRA, 2002).

2001). A inserção das pessoas no processo de desenvolvimento passa, a partir daí, a fazer parte dos debates.

Nesse novo contexto, a premissa que vigora e tende a importar mais do que o nível de crescimento ou de industrialização é o modo como os frutos do progresso, da industrialização e do crescimento econômico são distribuídos para a população, de forma que venham a melhorar a vida de todos (OLIVEIRA, 2002).

Em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), publicou o seu primeiro *Relatório de Desenvolvimento Humano* (RDH), com o recém-criado IDH. Aquilo que já era debatido no meio acadêmico é oficialmente assumido pelas Nações Unidas como uma nova conceituação de desenvolvimento: o desenvolvimento centrado na pessoa humana.

Considerado avançado para a época, o relatório já em seu primeiro capítulo trazia a definição e medição do desenvolvimento humano:

As pessoas são a verdadeira riqueza de uma nação. O objetivo básico do desenvolvimento é criar um ambiente habilitador para que as pessoas tenham vidas longas, saudáveis e criativas. Isto pode parecer uma verdade simples. Mas é frequentemente esquecido, como preocupação imediata de acumulação de bens e riqueza financeira (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2010).

Hoje, passados mais de vinte anos, é quase universalmente aceito que o sucesso de um país ou o bem-estar de um indivíduo não pode ser avaliado somente pelo dinheiro. O rendimento é, obviamente, crucial: sem recursos, qualquer progresso é difícil. Contudo, devemos também avaliar se as pessoas conseguem ter vidas longas e saudáveis, se têm oportunidades para receber educação e se são livres de utilizarem os seus conhecimentos e talentos para moldarem os seus próprios destinos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2010).

Fávero (2003) afirma que o objetivo do desenvolvimento, conceito nascido da própria economia liberal, sempre foi apontar caminhos para a reprodução do capitalismo, não sendo, portanto, um conceito neutro. Conclui que, em meio às turbulências criadas no último século pelo processo de desenvolvimento, foram introduzidos alguns contornos que se podem considerar como um desenvolvimento centrado no ser humano e criador de vida digna.

Nesse sentido, o crescimento econômico continua a ser considerado importante, mas não mais o único requisito, para que se evolua no processo de desenvolvimento. Os efeitos gerados pelo incremento econômico devem desencadear um processo de geração de oportunidades para a ampla maioria. Esta ampliação das oportunidades deve se traduzir em bem estar a serviço de atender a satisfação das mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, lazer, entre outras.

Essa nova concepção para o desenvolvimento traz incluída na sua interpretação aspectos multidimensionais da vida das pessoas, notadamente a dimensão econômica, a dimensão social e a dimensão política. E sob a luz dessa concepção geral para o desenvolvimento que se devem considerar as particularidades do desenvolvimento local/regional.

3.2 O LOCAL COMO ESPAÇO DO DESENVOLVIMENTO

A divisão espacial para a interpretação do desenvolvimento tem suscitado várias propostas de delimitação, como forma de buscar entender as discrepâncias de alguns espaços em comparação a outros.

O desenvolvimento não se distribui igualmente no território. Nesse sentido, a avaliação do desenvolvimento acontece a partir de um espaço geográfico delimitado, podendo ser este uma localidade, um distrito, um município, uma região, um país, ou até mesmo um grupo desses espaços.

Buarque (1999, p. 10), sustenta que “as experiências bem-sucedidas de desenvolvimento local (endógeno) decorrem, quase sempre, de um ambiente político e social favorável, expresso por uma mobilização e, principalmente, de convergência importante dos atores sociais do município ou comunidade em torno de determinadas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento”.

Dallabrida (2007) afirma que o desenvolvimento ocorre localizadamente no território, onde o qualificativo territorial abrange dimensões referentes a uma localidade, um município ou uma região.

Quando se trata de território, refere-se a um espaço definido por relações de poder, determinando assim, limites ora de fácil delimitação (evidentes), ora não

explícitos (não manifestos), e que possui como referencial o lugar; ou seja, o espaço da vivência, da convivência, da co-presença de cada pessoa. E, considerando ainda, o estabelecimento de relações, internas ou externas, aos respectivos espaços com outros atores sociais, instituições e territórios (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004).

Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário na sua política de desenvolvimento territorial, o território está definido como:

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2005).

Para Richardson (1975), é fundamental a compreensão de que a economia nacional está subdividida em um sistema de regiões para a análise dos fenômenos econômicos regionais. No entanto, argumenta que se torna um problema complicado, o que leva o economista regional a adotar as regiões administrativas definidas pelos órgãos governamentais, o que facilita a obtenção de dados.

Nesse sentido, o município como base territorial de análise do desenvolvimento torna-se importante, pois é base para as articulações do desenvolvimento local. O município é, inegavelmente, um espaço de organização política onde se articulam interesses sociais, econômicos e políticos que lhe dão unidade e que o levaram a existir. Por outro lado, o uso do município como espaço delimitado de análise, tende a assegurar um cenário mais transparente do fenômeno que se quer estudar (ALONSO; AMARAL, 2005).

Para Campanhola e Silva (2000), a municipalização, se bem conduzida, pode atacar as profundas disparidades regionais e locais, contribuindo para a solução dos problemas e para a integração das políticas em nível nacional.

Na visão de Buarque (1999, p. 11), o desenvolvimento municipal é um caso particular de desenvolvimento local, com uma amplitude espacial delimitada pelo corte político-administrativo do município e que pela reduzida escala territorial pode se constituir em um espaço privilegiado para a intervenção concentrada e articulada para o desenvolvimento.

3.3 A ORIGEM DOS ELEMENTOS DETERMINANTES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

O desenvolvimento pode ser exógeno, isto é, onde os elementos promotores do desenvolvimento são oriundos de fontes e iniciativas externas ao local, ou endógeno, quando as iniciativas e as ações são desencadeadas internamente, mesmo utilizando recursos externos.

Segundo Oliveira e Lima (2003, p. 30), as teorias clássicas a respeito do desenvolvimento regional, em regra, transmitem a ideia da existência de uma força motriz de origem externa à região capaz de influenciar, por meio de efeitos derivados, as demais atividades econômicas. Cita como exemplos: a Teoria de Base de Exportação, defendida por North em 1977, que considera a exportação de produtos básicos, responsável pela geração do desenvolvimento, pois a partir dela são dinamizadas atividades complementares; a Teoria da Difusão, onde a industrialização de determinados locais pode disseminar o desenvolvimento para outros locais e a Teoria do Polo do crescimento defendida por Perroux em 1967. Nesta teoria, Perroux argumenta que a criação de uma atividade motriz, em especial uma indústria, trará efeitos positivos e negativos para o desenvolvimento regional. Conclui afirmando que o desenvolvimento gerado por essa força estará relacionado ao nível e a qualidade dos efeitos positivos.

Por outro lado, de acordo com Amaral Filho (2001, p. 262), o desenvolvimento pode ser entendido como:

[...] um processo de crescimento econômico implicando em uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região mais ou menos definido dentro de um modelo específico de desenvolvimento regional.

No mesmo sentido Rolim (2004) e Oliveira e Lima (2003), citando Boiser (1989), defendem que há um razoável consenso de que pelo menos três elementos são determinantes para o desenvolvimento regional: o primeiro, a política macroeconômica, onde uma decisão do governo central poderá afetar positiva ou negativamente o desenvolvimento regional. Como exemplo, pode-se tomar uma

decisão de ordem cambial, em que a mudança na taxa de conversão do câmbio pode afetar a atratividade de um produto local, interferindo no nível de exportação desse produto. Esse determinante, com decisão exógena ao poder local, pode ser um estimulador ou agir como efeito para a retração do desenvolvimento regional.

O segundo elemento está colocado de acordo com a importância que a região tem para o país. Esse determinante também com origem exógena, está ligado à aplicação de recursos externos, especialmente do ponto de vista da estratégia estadual e nacional para a alocação de recursos. Neste aspecto, Oliveira e Lima (2003, p. 33), defendem que esta é uma decisão exclusiva do Estado, com características predominantemente centralizadas.

O terceiro determinante está relacionado com a capacidade de organização social da região e tem um caráter totalmente endógeno, pois depende essencialmente do fortalecimento da coesão social da população local.

Para Oliveira e Lima (2003, p. 33), essa ativação social depende “da capacidade da região de criar um conjunto de elementos políticos, institucionais e sociais, capaz de direcionar o crescimento desencadeado por forças exógenas, para atingir o desenvolvimento no sentido estrito da palavra”. Segundo os autores, esta capacidade está associada: “ao aumento da autonomia de decisão da região; ao aumento da capacidade regional para reter e reinvestir o excedente gerado pelo processo de crescimento; à permanente e crescente melhora social (qualidade de vida); e à preservação do meio ambiente”.

Rolim (2004) defende que a estratégia local para o desenvolvimento deve interferir na organização social, por ser elemento de caráter totalmente endógeno. Para facilitar a compreensão, elenca como elementos a serem potencializados: a qualidade e identificação da classe política regional; as características da classe empresarial; a qualidade da tecnocracia e a capacidade de organização dos demais segmentos da população. Propõe que a classe política deve ser identificada com os problemas locais e tenha a capacidade de articular grupos divergentes, cabendo a ela a articulação interna de um projeto regional e a sua defesa fora da região. Defende que a tecnocracia, como fator capital humano, deve ser competente tecnicamente para a elaboração de planos e projetos. Argumenta, também, que cabe a classe empresarial ser estimulada no sentido do despertar para o espírito empreendedor, capacidade inovadora e responsabilidade social, pois como

detentores ou tomadores do capital de investimento são agentes fundamentais no desencadeamento de uma estratégia para o desenvolvimento local. Por último e não menos importante, considera como fundamental a organização dos demais segmentos locais, defendendo como preponderante para uma estratégia onde o desenvolvimento passa a ser desencadeado de baixo para cima.

Para Peres (2000, p. 6), os elementos determinantes do desenvolvimento podem ser classificados em cinco grandes grupos, sendo:

- a) o capital físico, representado por construções, tecnologia, equipamentos, etc.;
- b) o capital financeiro, representado pelo crédito, poupanças, títulos, etc.;
- c) o capital natural, representado pelo solo, o subsolo, o clima, etc.;
- d) o capital humano, formado pela educação, pela saúde, etc.; e
- e) o capital social, representado pela confiança, grupos, civilidade, etc.

Peres (2000, p. 6) defende também, que o capital social ou o próprio tecido social, pode se tornar um grande facilitador das transações econômicas.

Para Denardi e colaboradores (2000, p. 9), analisando especificamente o caso de pequenos municípios paranaenses, concluíram que três conjuntos de fatores são considerados preponderantes para o desenvolvimento local. São eles:

- a) As estruturas sociais de cooperação, isto é, a organização da sociedade local;
- b) A qualidade da gestão pública municipal, no sentido da existência de planejamento estratégico e participativo, a probidade e a eficiência administrativa;
- c) A localização do município, principalmente em relação a infraestrutura de transportes, educação e acesso a mercados.

Por sua parte, Abramovay (2001) concorda que a coesão social nos pequenos municípios é um fator importante, mas entende, por outro lado, que o pequeno número de habitantes locais, mesmo coesos, pode ser fator limitante para o desenvolvimento local. Argumenta que os laços sociais podem estar comprometidos com formas de dominação que inibem iniciativas, especialmente

pelos jovens, na busca de processos inovadores de geração de renda e de novas oportunidades de trabalho.

3.4 AS DISPARIDADES LOCAIS EM UMA MESMA REGIÃO

A identificação da existência e a análise das causas das disparidades locais no desenvolvimento, especialmente na identificação de suas origens, torna-se uma importante ferramenta para que, dentro da mesma realidade regional, possam ser potencializadas as iniciativas bem sucedidas, como forma de potencializar as comunidades menos dinâmicas.

Quando se trata de analisar desenvolvimento desigual, parte-se sempre da análise de indicadores de um espaço, em relação aos mesmos indicadores de um espaço referência (ROLIM, 2004).

A formação das disparidades regionais é própria do desenvolvimento capitalista, contudo a ocorrência de padrões elevados e oscilações com tendência à elevação dos mesmos não são desejáveis, pois podem levar algumas dessas economias a crescerem abaixo das suas capacidades potenciais ou, ainda, a introduzirem mecanismos que tendem a criar descontinuidades nas cadeias produtivas e a estabelecer focos de ineficiência sistêmica regional. Ou seja, níveis elevados de desigualdades podem se constituir em sérias restrições à expansão econômica regional ou nacional (ALONSO; AMARAL, 2005, p. 173).

Para Rolim (2004), existem duas correntes no debate sobre os mecanismos para a redução das disparidades do desenvolvimento no âmbito regional. A primeira corrente, formada por economistas de tendência neoclássica, defende que os mecanismos livres do mercado, caminham no sentido de promover o equilíbrio regional, em oposição a estes. Uma segunda corrente, nem sempre de inspiração marxista, defende que deve haver uma intervenção do Estado, pois o sistema deixado a si mesmo favorece o aumento dos desvios. Argumenta que numa economia de mercado, a criação de desigualdades é uma condição necessária ao desenvolvimento econômico, e este por sua vez é condição necessária à atenuação das desigualdades.

De outra forma, nos países com uma economia planificada, os recursos poderiam ser transferidos de regiões centrais para regiões mais periféricas, minimizando as disparidades. No entanto, na prática, o planejamento central

também não escapa da necessidade da utilização eficaz e produtiva dos recursos, como a redução dos custos de transporte, o que o leva em muitos casos a reforçar as regiões centrais e a promover à criação de economias de aglomeração favoráveis as grandes cidades.

Segundo Da Silva (1993), embora a abordagem teórica de Perroux não oferecesse uma base teórica para o desenvolvimento regional, reconheceu que as forças de mercado aprofundam as desigualdades locais, cabendo ao Estado intervir para atenuá-las.

Para Myrdal (1960) citado por Silva, Marion Filho e Coronel (2006), o papel do Estado é importante no sentido de diminuir as desigualdades regionais. Sua atuação, através de políticas econômicas, deve neutralizar os efeitos regressivos e promover o desenvolvimento das regiões periféricas, aumentando a dimensão dos efeitos propulsores provenientes do polo urbano-industrial.

3.5 A COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS E A DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

De acordo com Santin (2007), a competência dos municípios no Brasil, ao longo de sua história, oscilou de acordo com o regime político vigente, mas em regra sempre teve um tratamento secundário reduzido simplesmente a unidade administrativa, mesmo considerando que os textos constitucionais anteriores previssem certo nível de autonomia.

Para Junqueira, Inojosa e Komatsu (1997, p.7-10), o agravamento da crise fiscal na década de 80 foi a causa para a reestruturação do Estado Brasileiro. A discussão para a implantação do processo de descentralização do poder foi apoiada tanto pelas correntes neoliberais, quanto pelas progressistas. Para os primeiros, foi vista como positiva no enfoque de que a descentralização representava a redução do tamanho da estrutura do Estado, de forma a conferir maior agilidade e eficiência para a gestão das políticas sociais compensatórias, buscando reduzir as desigualdades mais evidentes. Já para os progressistas, a descentralização implicava na transferência de competências na contribuição para a democratização

da administração pública, contribuindo, desta forma, para a formulação de modelos econômicos socialmente mais justos.

A Constituição Federal da República de 1988 (CFR-88) é considerada um marco do início da descentralização administrativa no Brasil, onde o ente federativo local, no caso o município, passou a ter legalmente autonomia administrativa, política e financeira.

Para Teixeira (2002), a competência outorgada pela CFR-88 aos municípios deu-lhes atribuições para legislar na elaboração de políticas públicas nas áreas de interesse local e ampliou a possibilidade de legislar também nas demais áreas tradicionalmente atendidas por políticas públicas, em competência comum com a União e o Estado. O problema segundo ele é a falta de recursos.

Estes dependem das chamadas transferências negociadas, que consideram a posição política, o prestígio e a vinculação partidária dos prefeitos e parlamentares, cujas alianças se pautam, em grande parte, pelos interesses eleitores e clientelistas. As receitas dos fundos de participação são distribuídas com critérios que concentram a renda tributária em poucos municípios, os de maior desenvolvimento econômico (TEIXEIRA, 2002, p. 7).

Para Santin (2007), a descentralização favorece a aproximação entre a população e o poder estatal, permitindo um maior controle social das decisões administrativas e, por outro lado, as instituições políticas são mais facilmente sensibilizadas pelas necessidades dos administrados.

O Poder Local desenvolve-se a partir de uma coalizão de forças estatais e da sociedade civil, em âmbito local, implementando uma gestão compartilhada na decisão dos problemas locais, articulando-se elementos do governo local com os da sociedade civil. Um sistema híbrido de tomada de decisões, capaz de inserir novos atores sociais existentes na esfera local, como organizações não-governamentais, movimentos sociais e também entidades privadas, os quais celebrarão parcerias com o poder público no desenvolvimento de projetos e investimentos locais e também na tomada das decisões sobre políticas públicas locais (SANTIN, 2007, p. 75).

Para Buarque (1999, p. 11):

[...] o município tem uma escala territorial adequada à mobilização das energias sociais e integração de investimentos potencializadores do desenvolvimento, seja pelas reduzidas dimensões, seja pela aderência político-administrativa que oferece, através da municipalidade e instância governamental.

Já Abramovay (2001), chama a atenção ao fato de que, apesar do município representar uma instância básica de tomada de decisões políticas e administrativas quanto a vários aspectos da vida do cidadão, oferece dúvidas com relação à capacidade de ser ele a esfera principal do desenvolvimento. Sugere para isso, que os projetos de desenvolvimento não sejam restritos a esfera municipal, mas leve em conta um horizonte estratégico de caráter regional.

4 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Neste capítulo, estuda-se o capital social, enfocando o associativismo como sua principal fonte de expressão em nível local, na busca de argumentos que deem sustentação a ideia de que a rede de organizações da sociedade civil seja um instrumento catalisador e com efeito sinérgico para o desenvolvimento local.

Nesta perspectiva de que a organização da sociedade civil é um fator que pode ser potencializado, localmente, para a promoção do desenvolvimento, este capítulo trata do tema de maneira a identificar sua importância e estudar estratégias para o seu incremento, a partir de estudos feitos por alguns autores que visam a potencialização do capital social existente.

Discute-se também a organização da sociedade civil, classificada neste estudo como associações horizontais entre pessoas, analisando-se suas imbricações com o desenvolvimento local e a sua possível relação com as disparidades locais.

4.1 O CAPITAL SOCIAL

A noção de organização social ganhou força com o estudo sobre o desempenho dos governantes da Itália, antes e depois da descentralização e da implantação de governos regionais, realizado por Robert Putnam, sociólogo da Universidade de Harvard (JIANOTI, 2004). A pesquisa, que teve uma duração de 20 anos, concluiu que a consciência política e o elevado nível de comprometimento cívico foram fatores condicionantes do melhor desempenho da região centro norte (especialmente Emiglia-Romana). Com a descentralização e fortalecimento de instâncias participativas, o governo regional transformou a cultura política da elite, tendo ocorrido uma notável despolarização ideológica, aliada a uma forte tendência a uma abordagem mais pragmática das questões públicas.

Em seu estudo, analisando o caso da Itália, Putnam identificou o que chamou de Capital Social, o classificando como “características da organização social como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 2006, p. 177).

O Capital Social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados a posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1980, p. 67 *apud* COSTA; COSTA, 2005, p.5).

A incorporação do conceito acerca de capital social nas discussões sobre desenvolvimento se deu em um momento onde o PNUD introduzia o desenvolvimento humano como medida para o desenvolvimento em contraponto ao até então vigente Produto Interno Bruto *per capita*, (PIB *per capita*) que considerava apenas uma dimensão, a econômica.

Nesse contexto, insere-se o social como dimensão para o desenvolvimento equilibrado, passando a ser reconhecido como um componente indispensável para o bom andamento das atividades produtivas.

Segundo Dowbor (1999, p. 6-7),

[...] nem a área produtiva, nem as redes de infraestruturas, e nem os serviços de intermediação funcionarão de maneira adequada se não houver investimento no ser humano, na sua formação, na sua saúde, na sua cultura, no seu lazer, na sua informação.

Em outros termos, a dimensão social do desenvolvimento deixa de ser um "complemento", uma dimensão humanitária de certa forma externa aos processos econômicos centrais, para se tornar um componente essencial do conjunto da reprodução social.

O 'Capital Social' vem adquirindo destaque tanto pela sua vinculação com conceitos provenientes da teoria social como pela associação estabelecida com disciplinas que utilizam a ideia de capital, a exemplo da economia (COSTA; COSTA, 2005). Dentro desta perspectiva, para os formuladores de políticas de desenvolvimento torna-se importante encontrar formas de mensuração e qualificação do capital social existente no município/território para a potencialização do desenvolvimento.

Dessa maneira, entendido como capital, o Capital Social pode ser considerado como um recurso que gera benefícios para o conjunto e não apenas para um indivíduo.

Para Costa e Costa (2005), Bourdieu, Coleman e Putnam concordam com a afirmativa de que o capital social representa um recurso ou ativo que, a exemplo do capital econômico, pode ser acumulado. Difere deste, argumentando que, enquanto o capital econômico tem um proprietário e cujos direitos são assegurados por lei, o capital social caracteriza-se como bem público, podendo ser acumulado somente mediante o fortalecimento das relações sociais que ocorrem em nível local, não existindo instrumentos legais para reivindicar sua apropriação.

Para Putnam (2006), a formação do capital social, que ele trata como tradições cívicas e que como tais são muito consistentes (e persistentes), tem uma formação de longo prazo, construída ao longo da história. No entanto, defende que certas estruturas e práticas sociais são passíveis de incorporar e reforçar as normas e os valores da “comunidade cívica”. A participação em organizações cívicas (associações civis) desenvolve no indivíduo o hábito de cooperação, solidariedade e espírito público, proporcionando o senso de responsabilidade comum para os empreendimentos coletivos.

Dessa maneira é possível sugerir que o Capital Social pode ser fortalecido mediante a consolidação de uma rede de associações locais. No entanto, como nos chama a atenção Putnam (2006), a ação exógena deve ser na formação das pessoas no sentido de sentirem a necessidade de formação de grupos, pois quando a associação é implantada por forças exógenas, está fadada ao fracasso. Ela deve surgir por iniciativa do seio da sociedade, com horizontalidade na reciprocidade e cooperação e criada para a solução de uma necessidade comum entre seus participantes.

4.2 O ASSOCIATIVISMO COMO MECANISMO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

A vida associativa está presente nas mais diversas áreas da atividade humana, seja na saúde, educação, família, escola, etc. Essa forma do ser humano se agrupar denota sua necessidade de manter relações com outras pessoas, como forma de buscar uma sustentabilidade da dinâmica social (ALMEIDA et al, 2008, p. 27).

Dallari (2004) classifica a sociedade humana como um conjunto de pessoas, ligadas entre si pela necessidade de se ajudarem umas às outras nos planos material e de comunicação intelectual, afetivo e espiritual, para garantir a continuidade da vida e satisfazer seus interesses e desejos. Afirma, também, que no mundo moderno surgiram novas necessidades materiais, espirituais e psicológicas – que só podem ser atendidas com a colaboração de diversas pessoas.

O indivíduo, ao aderir livremente a um grupo associativo espera atender algum tipo de necessidade e, assim sendo, o impulso para incorporar-se em uma estrutura associativa parte de uma necessidade pessoal. Neste sentido, os membros de uma organização associativa estão ligados a ela por algum interesse individual, mas os interesses comuns passam a ser privilegiados em detrimento ao interesse individual do associado. A ação coletiva coloca limites aos interesses individuais, pois o resultado tem que atender pontos comuns dos interesses dos membros do grupo.

De acordo com Canterle (2004) *apud* Leonello (2010, p.5), as organizações associativas abrigam um complexo sistema de relações sociais que se estruturam a partir das necessidades, das intenções e interesses das pessoas que cooperam no sentido de fazer frente a naturais debilidades. Argumenta também que na dinâmica dessas relações, nascem ações no espaço da economia, da política, constituindo-se em processos de aprendizagem e estruturas de poder.

Nesse entendimento, as demandas individuais associam-se a novas demandas e passam formar um corolário de desafios a serem vencidos coletivamente. Assim, o associativismo instrumentaliza os mecanismos que concretizam as demandas sociais e que tornam os homens mais próximos da busca de autonomia na promoção do desenvolvimento local (LEONELLO, p. 57, 2010).

O associativismo é uma questão primária para o potencial emancipatório e o desenvolvimento de qualquer comunidade ao articular o pontual com o abrangente. O processo do desenvolvimento local permite levantar a hipótese da ampliação da dimensão humana da economia pela maior identidade dos seus agentes (CANTERLE, 2004, *apud* LEONELLO 2010, p.5).

Para Borges (2010), o associativismo apresenta-se como uma possibilidade para a criação de processos de desenvolvimento que evidenciem as relações de poder existentes em determinado local.

O associativismo é um importante caminho para se buscar a representação de uma categoria, pela união por objetivos comuns, a aglutinação de idéias para o bem de um setor, o que só será obtido através de organização, transparência, responsabilidade e ética daqueles que se disponibilizam a levantar esta bandeira (LIMA; GOMES, 2005 *apud* BORGES, 2010, p. 34).

Para este trabalho de dissertação, optou-se por seguir um sentido específico de “capital social”, qual seja, o de associações horizontais entre pessoas.

Apesar de ser uma definição restritiva e simples, ela tem a vantagem de permitir um maior domínio dos indicadores para sua apreensão científica. Assim, as organizações associativas analisadas são aquelas que unem as pessoas em torno de objetivos comuns, sejam eles de cunho religioso, recreativo ou econômico, cuja existência possa afetar a relação entre as pessoas, a produtividade e o bem-estar da comunidade.

4.3 O CAPITAL SOCIAL DESIGUAL E AS DISPARIDADES LOCAIS

A participação em organizações da sociedade civil potencializa o capital social, favorecendo o desenvolvimento local a partir do maior interesse dos moradores em influir nos modos de organização da vida social. Nessa perspectiva, o desenvolvimento desigual pressupõe diferentes níveis no inter-relacionamento entre pessoas, através de estruturas associativas.

Nessa lógica, em locais mais desenvolvidos é de se esperar que as pessoas ligadas a organizações da sociedade civil superem em quantidade as existentes naqueles locais menos desenvolvidos. Para Milani (2003) mesmo não havendo consenso entre os autores sobre o conceito de capital social, há o entendimento de que existe uma relação de causa e efeito a fatores a ele associados, tendo assim consequências econômicas e sociais. Estes fatores, por sua vez, influem a criação de capital social. Afirma, ainda, que capital social é cumulativo, ou seja, seu uso tende a aumentar seu estoque por meio de ações que incentivam sua criação e reprodução. Pode também, diminuir na ocorrência de atitudes não condizentes com as regras sociais e relacionadas a discriminação, a redução dos espaços públicos de deliberação democrática e a falta de reconhecimento dos direitos de grupos minoritários ou excluídos.

Um fator determinante para as relações associativas é o sentimento de confiança. Maciel (2001) apresenta o termo confiança sob dois aspectos: na versão associativa, é sinônimo de amizade, enquanto da perspectiva econômica *stricto sensu*, as relações estáveis de confiança, reciprocidade e cooperação são facilitadoras das relações entre agentes econômicos de maneira a melhorar a eficiência de arranjos organizacionais entre e no interior de firmas. Argumenta, também, que a confiança pode ser analisada sob a ótica sociológica e, nesse caso, é produto de padrões históricos de longo prazo de associativismo, engajamento cívico e interações extra-familiares. Por outro lado, analisada pelo viés econômico passa a ser vista enfocando o interesse de longo prazo e o cálculo de custos e benefícios por atores maximizadores de ganhos na promoção de comportamentos de confiança.

Tabosa, Mayorga e Amaral Filho (2005) estudando o caso do estoque de capital social e qualidade de vida da população do município de Itarema, Estado do Ceará, ao fazerem a comparação entre duas comunidades com desenvolvimento desigual, concluíram que comunidades com maior estoque de capital social são mais desenvolvidas do que comunidades com menor estoque de capital social e, conseqüentemente, desfrutam de uma melhor qualidade de vida.

5 METODOLOGIA

5.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Na região de Toledo acredita-se que seja possível haver uma estreita relação entre o desenvolvimento municipal e a quantidade de organizações sociais existentes em seus territórios. Para testar esta hipótese, este estudo propõe-se a identificar as organizações da sociedade civil de Maripá e São Pedro do Iguaçu, dois municípios com aspectos gerais semelhantes, mas com desenvolvimento desigual.

A definição para a realização do estudo em dois municípios que compõem a região administrativa de Toledo, partiu do fato de que a região possui vários municípios com alto Desenvolvimento Humano e outros tantos que se encontram em um patamar inferior, mesmo consideradas as proximidades geográficas e similaridades em seus aspectos naturais. Para evitar a influência de outros fatores, definiu-se pela escolha desses dois municípios com similaridades em aspectos de natureza territorial, no tamanho de sua população, em questões locacionais (proximidade do município polo regional) e com vias de acesso com qualidade semelhante, mas que, no entanto, destoam no nível de desenvolvimento local.

Em um estudo realizado por Denardi e colaboradores (2000), buscando identificar os principais fatores que influenciam o desenvolvimento dos pequenos municípios paranaenses, foram pontuados três elementos principais que determinam o maior ou menor grau de desenvolvimento. São eles:

a) o nível de organização da sociedade civil; b) a qualidade da gestão pública municipal, ou seja, o planejamento estratégico e participativo, a probidade e a eficiência administrativa; c) a localização do município, principalmente em relação a infraestrutura de transportes, educação e acesso a mercados (DENARDI *et al.*, 2000, p. 9-10).

Com base nos fatores propostos por Denardi *et al.* (2000), considera-se que na região administrativa de Toledo, especialmente em dois municípios do entorno do município pólo (Toledo), o fator localização não seja preponderante para o desenvolvimento não equilibrado. Os dois municípios objeto deste estudo apresentam discrepância em seus indicadores de desenvolvimento, sendo que a posição destes em relação ao município pólo mostra-se equidistante. As rodovias

de ligação são pavimentadas e em condições semelhantes, entendendo-se desta maneira, que o fator “localização”, não seja preponderante para o desenvolvimento desigual entre os municípios de Maripá e São Pedro do Iguaçu.

O segundo fator mencionado por Denardi e colaboradores, refere-se à “qualidade da gestão pública municipal, ou seja, o planejamento estratégico e participativo, a probidade e a eficiência administrativa” e trata-se de um requisito muito importante - até mesmo primordial - para o desenvolvimento de determinado local sob a administração de qualquer instância estatal, quer seja de âmbito municipal, estadual ou federal (DENARDI *et al*, 2000).

No entanto, analisar em profundidade este item na esfera municipal foi considerado fora de propósito, no caso deste estudo, pois considera que o terceiro item mencionado por Denardi *et al* (2000, p.9) é, efetivamente, determinante para que uma comunidade alcance objetivos comuns que favoreçam o desenvolvimento local. Esta premissa parte do princípio de que, organizados e integrando associações comunitárias e de representação de classe, os cidadãos adquirem força para a gestão compartilhada e, até mesmo, poder de destituir governantes, se preciso for e, assim, modificar a trajetória do lugar em que vivem.

O terceiro fator, antes mencionado, e apontado por Denardi *et al* (2000, p.9), é o “nível de organização da sociedade civil” e constitui-se no objeto deste estudo que busca saber se este nível de organização social está ligado ao desenvolvimento local.

5.2 OBJETIVOS

O objetivo geral deste estudo é avaliar a imbricação existente entre o desenvolvimento municipal e a quantidade de organizações sociais existentes no seu território.

Através da análise de dados específicos dos municípios de Maripá e São Pedro do Iguaçu, no Oeste do Paraná, que apresentam níveis de desenvolvimento desiguais embora possuam perfis semelhantes, especialmente em seus aspectos territoriais, populacionais e locacionais, busca-se conhecer a implicação que os seus

respectivos estoques de capital social tem sobre os indicadores locais de desenvolvimento.

Em termos de objetivos específicos, este estudo espera:

- a) Conhecer a rede de organizações sociais existentes nos municípios objeto deste estudo;
- b) Avaliar possíveis características nas organizações sociais que justifiquem a discrepância no desenvolvimento local dos municípios estudados;
- c) Verificar o objeto das organizações e o vínculo destas com outras instituições.

5.3 METODOLOGIA DA PESQUISA

5.3.1 Delimitação

Inicialmente cabe apresentar as razões da escolha do nível municipal como espaço de análise no sentido de avaliar aspectos que justifiquem as desigualdades nos indicadores de desenvolvimento dos municípios da região de Toledo.

Seguindo o proposto por Alonso e Amaral (2005), a definição espacial para a análise de disparidades é sempre um tema que dispensa uma discussão mais aprofundada, pois o desenvolvimento não é equânime no território. No entanto, a opção do uso do município como unidade básica justifica-se, pois se trata da menor base espacial à qual está referenciada a maioria das informações disponíveis. Da mesma forma, trata-se de um espaço de organização político-administrativa, que cria um referencial de pertencimento, em maior ou menor grau, mas responsável pela articulação de interesses sociais, econômicos e políticos que lhe dão razão para a existência.

Por outro lado, a instância municipal, mesmo com possíveis conflitos locais, de cunho político e cultural, é base para o desencadeamento e tomadas de decisões acerca de problemas locais, sendo assim um espaço adequado para análise e ao que se propõe este trabalho.

Com relação a escolha do indicador de desenvolvimento a ser adotado, a adoção do índice IDH, apesar de referir-se a avaliação feita no ano 2000, mas que considerado sob a ótica de sua abrangência e pelo pacífico reconhecimento como indicador de desenvolvimento, levou-nos a adotá-lo como medidor da disparidade no desenvolvimento municipal.

A pesquisa apoia-se no estudo e análise comparativa das organizações associativas e fatores relacionados ao capital social dos dois municípios selecionados.

Segundo Gil (1989, p. 45) torna-se usual a classificação das pesquisas com relação aos seus objetivos. Nesse sentido classificam-se as pesquisas exploratórias como aquelas que “tem como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições”. Na maioria das vezes assume a forma de pesquisa bibliográfica ou estudo de caso.

Para Gressler (2004) o estudo de caso analisa através de estudos intensivos do passado, presente e das interações ambientais (socioeconômica, política e cultural) de uma unidade, no nosso caso os municípios selecionados levados em conta suas particularidades e similaridades.

Para a classificação da pesquisa, tomou-se como base a taxonomia desenvolvida por Gil (1989, p.42), que a qualifica em relação a dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, esta pesquisa é descritiva. A pesquisa descritiva é definida como aquela em que ocorre a observação, o registro, a análise, e a correlação dos fatos ou fenômenos. Quanto aos meios, esta pesquisa teve o caráter exploratório. Pesquisa de campo, pois as informações foram buscadas no ambiente pesquisado. Bibliográfica e documental porque se fez um estudo sistematizado sobre os aspectos relacionados ao desenvolvimento local, valendo-se para isso de materiais publicados: livros, revistas e dados de instituições de pesquisa.

Tendo em vista as características do presente estudo, a pesquisa se caracteriza por ser qualitativa, e incluir diversas técnicas, como a pesquisa bibliográfica, documental e a pesquisa de campo de caráter descritivo.

O método, segundo Gil (1989, p. 27), “é o caminho para se chegar a um determinado fim. É um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

Este estudo se utilizou do método comparativo, pois é um método que melhor se adapta na verificação das semelhanças e diferenças entre grupos, sociedades ou povos, sendo uma importante ferramenta para um melhor entendimento do comportamento humano, sendo um método apropriado para verificar as similitudes e diferenças (LAKATOS; MARCONI, 1991).

5.3.2 Técnica de coleta de dados

Utilizou-se a busca de informações através de entrevista semiestruturada, direcionadas a pessoas com conhecimento da organização social local, objetivando o entendimento e explicitação dos principais aspectos relacionados ao associativismo local. Além das informações obtidas junto a pessoas ligadas ao poder público municipal e órgãos com atuação em organização local embasou-se também em informações de pessoas ligadas a sociedade local.

As informações secundárias estão compreendidas pela busca e análise de informações de fontes especialmente de instituições de pesquisa e estatísticas oficiais, que posteriormente foram sistematizadas e analisadas de forma a auxiliar na composição do conteúdo deste trabalho.

5.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS E RESULTADOS

De posse dos dados, em relação ao que foi observado nos fatores pesquisados, passou-se a interpretação comparativa das informações entre os dois municípios analisados. Estas informações estão interpretadas em consonância com estudos assemelhados, evidenciando-se os resultados similares e discutindo-se os pontos de discordância.

Segundo Gil (1989), a análise tem como objetivo organizar e analisar possíveis deficiências da amostra de forma a reduzir possíveis erros na

interpretação. Esta por sua vez tem como objetivo a procura do sentido mais amplo dos significados. Desta maneira, a apresentação dos dados é a evidência das conclusões e a interpretação consiste no contrabalanço dos dados com a teoria. Por tudo isso, o autor chama a atenção para que sejam analisados os dados em suas duas etapas, como forma de inibir conclusões *a priori* que estão sujeitas a erro.

Nesse sentido, as análises e a interpretação do conteúdo das informações coletadas e dos documentos foram feitas procurando estabelecer pontos discordantes entre os municípios, buscando fatores que pudessem explicar as causas do desenvolvimento díspar, mais detidamente nos aspectos relativos ao capital social.

6 CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO OESTE DO PR: O CASO DOS MUNICÍPIOS DE MARIPÁ E SÃO PEDRO DO IGUAÇU

Neste capítulo, apresentam-se os resultados e a análise das informações coletadas nos municípios objeto deste estudo, buscando elementos na composição de suas respectivas redes de organização da sociedade civil que justifiquem o desenvolvimento desigual.

Os municípios de Maripá e São Pedro do Iguaçu, mesmo apresentando semelhanças em seus aspectos, como tempo de emancipação, territoriais e populacionais, tem acentuadas diferenças quando comparados seus indicadores econômicos e sociais.

Quando se analisa o estoque de capital social existente nestes municípios, se observa que as disparidades nos indicadores podem ser a expressão da forma como se agrega o seu tecido social.

6.1 As similaridades nos aspectos territoriais e populacionais

Os municípios de Maripá e São Pedro do Iguaçu se apresentam com diversos dados similares no que diz respeito a caracterização de seus territórios, tais como: o tempo de emancipação, a extensão territorial, o tamanho de suas populações e o grau de urbanização (Tabela 7).

Ambos foram instalados na data de 01 de janeiro de 1993, estando atualmente com 18 anos de emancipação. Até a ocorrência do processo de emancipação encontravam-se na condição de distritos, onde Maripá, pertencia ao município de Palotina, enquanto São Pedro do Iguaçu fazia parte do município de Toledo.

Outro fator importante de similaridade é a de que os dois municípios confrontam-se com o território do município de Toledo, considerado polo regional pelas suas características de atração regional. Também as suas respectivas sedes estão equidistantes com relação a sede de Toledo-PR.

Tabela 7 - Aspectos territoriais dos municípios de Maripá e São Pedro do Iguaçu

Dados	Maripá	São Pedro do Iguaçu
Data de Instalação	01/01/1993	01/01/1993
Origem/Desmembramento	Palotina	Toledo
Altitude	402 m	555 m
Latitude	24 ° 25 ' 06 " S	24 ° 56 ' 08 " S
Longitude	53 ° 49 ' 48 " W	53 ° 51 ' 19 " W
Distância da sede municipal a Capital	579,98 Km	564,77 Km
Distância da sede do município pólo regional	38,8 Km	32,7 Km
População - Censo 2010	5.684 habitantes	6.540 habitantes
Número de Eleitores-2011	4.591	4.895
Grau de Urbanização 2010	57,39%	62,47%
Taxa Bruta de Natalidade – 2008	9,65	11,61
Extensão Territorial	28.798 ha	30.812,3 ha
Área Total Rural (incluídas áreas inaproveitáveis)	27.709 ha	28.500 ha
Área agropecuária Total (*)	25.327 ha	23.637 ha
Lavouras Permanentes e Temporárias	22.083 ha	14.090 ha
Somatório das áreas de cultura de verão (**)	23.327 ha	15.186 ha

Fonte: IPARDES, 2011; IBGE, 2011; PARANÁ, 2009; PARANÁ, 2011 (adaptado pelo autor)

(*) Somatório das áreas possíveis de exploração agropecuária Censo Agropecuário 1996 (IBGE, 2011).

(**) Trata-se da área ocupada com culturas anuais cultivadas no verão na safra, 2009/2010. (PARANÁ, 2009).

Como pode ser verificado na Tabela 7, o aspecto populacional, em termos quantitativos, também pode ser considerado similar, pois a população do Município de São Pedro do Iguaçu contada pelo Censo 2010 (IBGE, 2011) com 6.540 habitantes é ligeiramente superior do município de Maripá em 856 habitantes.

Quando comparados pelo número de eleitores, a diferença entre os dois municípios se reduz para 306 eleitores. Maripá apresentava 4.591 eleitores cadastrados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) na atualização de 9 de dezembro de 2011, enquanto São Pedro do Iguaçu apresentava 4.897 eleitores na mesma data (PARANÁ, 2011).

Ainda os dados da Tabela 7 demonstram que a extensão territorial dos dois municípios confrontados apresenta pequenas diferenças. O município de São Pedro do Iguaçu possui uma extensão territorial de 30.812,3 hectares, sendo apenas 6,5% superior a do município de Maripá que é de 28.798 hectares. Quando se trata da área municipal passível de utilização em atividades agropecuárias, consideradas: o

somatório das áreas destinadas a lavouras permanentes e temporárias, pastagens naturais e artificiais e lavouras não utilizadas, há uma pequena superioridade do município de Maripá em 1.690 hectares, o que corresponde a 6,7%. A discrepância na área agropecuária está na finalidade de utilização, onde Maripá apresenta maior área destinada a ocupação com culturas permanentes e temporárias enquanto São Pedro do Iguaçu tem uma área superior classificada como pastagens naturais e artificiais de acordo com o Censo Agropecuário de 1996 (IBGE, 2011).

A distribuição da população no território municipal é outro aspecto semelhante, vez que as taxas de urbanização variam de 57,39% no município de Maripá para 62,47% no município de São Pedro do Iguaçu. Nesse sentido a população rural dos dois municípios é praticamente a mesma, vez que no primeiro é de 2.436 habitantes rurais e, no segundo, o número de moradores rurais é de 2.422 habitantes.

Ambos os municípios tem seus territórios confrontantes ao município polo (Toledo) e suas sedes tem distância aproximadamente igual a sede deste, ficando a cidade de Maripá distante a 38,8 Km e a de São Pedro do Iguaçu a 32,2 Km da cidade de Toledo (Figura 5).

Figura 5 - Mapa rodoviário com localização dos municípios de Maripá e São Pedro do Iguaçu.

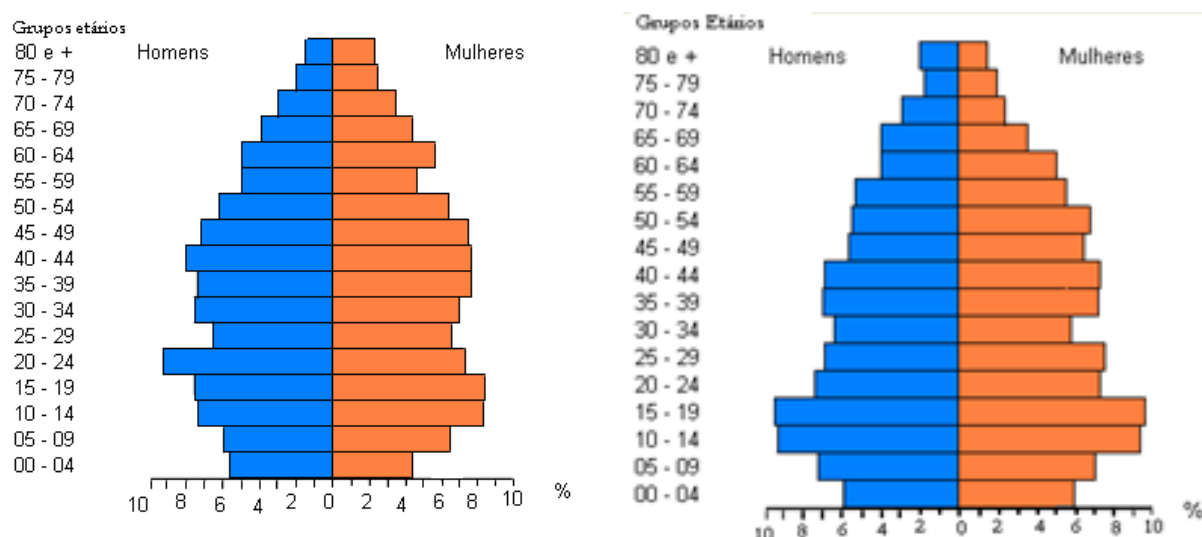


Fonte: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE DO PARANÁ, 2011.

Na Figura 5 constata-se que os municípios possuem acesso rodoviário com rodovias pavimentadas, tanto ligando a Toledo, como Cascavel e a municípios vizinhos.

Uma preocupação populacional em ambos os municípios está relacionada ao envelhecimento da população (Figura 5). A relação entre o número de pessoas idosas (65 anos e mais) e o número de pessoas nos grupos etários mais jovens (menores de 15 anos de idade), passou de 31,06% para 59,35% no município de Maripá entre os censos de 2000 e 2010, enquanto em São Pedro do Iguaçu este índice passou de 20,35 para 45,40 no mesmo período (IPARDES, 2011).

Figura 6 - Pirâmides Etárias dos municípios de Maripá (esquerda) e São Pedro do Iguaçu (direita) de acordo com censo 2010.



Fonte: IBGE, 2011 (Censo 2010 - Cálculos elaborados pelo autor).

A distribuição da população expressa pela pirâmide etária dos municípios analisados, conforme Figura 6, apresenta-se semelhante (IBGE, 2011). Observa-se que há a redução brusca dos habitantes na faixa dos 20 a 24 anos de idade nos dois municípios. Em São Pedro do Iguaçu a redução ocorre para ambos os sexos enquanto Maripá inicialmente na população feminina, sendo que a população masculina, esta reduz a partir dos 25 anos.

Com relação a razão entre sexos, no município de Maripá a proporção entre a população masculina e feminina tem se mantido muito próxima, nos últimos 10 anos. Neste, para cada grupo de 100 mulheres que residiam no município no Censo 2000

existiam 99,49 homens. No ano de 2010 praticamente a razão se manteve estável passando a 99,86 homens para cada 100 mulheres.

Já no município de São Pedro do Iguaçu, apesar da redução na diferença da população masculina em relação a feminina no período intercensitário 2000-2010, a superioridade da população masculina que era de 7,26% no ano 2000, ainda persiste, mas esta maioria masculina foi reduzida para 2,91% no ano de 2010 (IPARDES, 2011). Quando analisada a razão do não equilíbrio entre os sexos na população de São Pedro do Iguaçu, identifica-se que as oportunidades são menos atrativas para as mulheres. Neste, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (BRASIL, 2011), e apresentados pelo IPARDES (2011), o salário mensal médio no ano de 2010, recebido pelas mulheres no município foi R\$ 692,99 e apresentava uma diferença de R\$ 480,35 inferior ao recebido pelos homens, os quais receberam R\$ 1.173,34 na média salarial mensal. Por outro lado, no município de Maripá as mulheres, no mesmo ano, receberam R\$ 1.007,64 de salário mensal médio sendo inferior em R\$ 274,92 ao salário mensal médio recebido pelos homens, no mesmo município.

6.2 As disparidades nos indicadores de desenvolvimento econômico

Os municípios de Maripá e São Pedro do Iguaçu, apesar das similaridades em termos de localização, características territoriais e populacionais apresentam fortes discrepâncias em seus respectivos indicadores econômicos, onde o município de Maripá apresenta índices superiores aos obtidos pelo município de São Pedro do Iguaçu (Tabela 8).

Tabela 8 - Principais indicadores econômicos e a disparidade de valores entre os municípios de Maripá e São Pedro do Iguaçu

INDICADORES ECONÔMICOS	MARIPÁ	SÃO PEDRO DO IGUAÇU
PIB a preços correntes– (2008)	R\$ 145.029.000,00	R\$ 94.732.000,00
PIB Per Capita (2008)	R\$ 25.453,00	R\$ 14.282,00
Valor Adicionado Bruto– (2009)	R\$ 126.883.000,00	R\$ 79.626.000,00
Valor Bruto da Produção Agropecuária – 2010	R\$ 196.803.698,51	R\$ 104.590.086,38
Receitas Municipais (2009)	R\$ 11.925.112,85	R\$ 9.467.459,29
Receitas Trib. Municipais (2009)	R\$ 854.607,37	R\$ 430.825,12
Impostos	R\$ 576.218,18	R\$ 305.275,21
Taxas	R\$ 219.406,01	R\$ 85.366,70
Contribuição de Melhorias	R\$ 58.983,18	R\$ 40.183,21
Despesas Municipais	R\$ 11.043.892,64	R\$ 9.633.576,70
Despesas Correntes	R\$ 10.106.659,81	R\$ 8.140.741,82
Despesas de Capital	R\$ 937.232,83	R\$ 1.492.834,88
Fundo de Participação dos Municípios – (2010)	R\$ 4.045.089,30	R\$ 4.045.089,30
ICMS por Município de Origem do Contribuinte (2010)	R\$ 1.261.879,37	R\$ 50.169,15

Fonte: IPARDES, 2011; PARANÁ, 2009.

Como está expresso na Tabela 8, a superioridade do PIB a preços correntes alcançado no ano de 2008 pelo município de Maripá foi 34,7% superior ao obtido pelo município de São Pedro do Iguaçu. Esses valores quando divididos pelo montante de seus respectivos habitantes confere um PIB *per capita* com uma superioridade de 43,9% de Maripá em relação a São Pedro do Iguaçu.

Da mesma forma ocorre com o Valor Adicionado Bruto (VAB), que representa a diferença entre as vendas ou produção de uma empresa e o total de aquisições ou compras feitas para esse mesmo fim, representando a soma de toda a remuneração de esforços consumidos nas atividades desta (COSENZA, 2003). Neste indicador o município de Maripá com uma cifra de 126,88 milhões de reais obtida em 2009 é superior em 59,3% ao auferido pelo município de São Pedro do Iguaçu no mesmo ano, que foi de 69,63 milhões de reais.

Com relação ao Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) que é um índice com frequência anual, calculado com base na produção agropecuária municipal e nos preços recebidos pelos produtores (PARANÁ, 2009), o valor alcançado pelo município de Maripá foi 88,17% superior ao obtido por São Pedro do Iguaçu, em 2010 (VBP municipal - ano base 2010 no Anexo C). Na composição do

VBP municipal de Maripá a atividade grãos participa com 40,96 %, a avicultura de corte com 29,84 %, a suinocultura com 20,40 % e o leite com 5,2 %. Já, no município de São Pedro do Iguaçu, o principal produto componente do VBP também é grãos, com 42,48%, seguido pela suinocultura com 29,81 %, a bovinocultura de corte ocupa a terceira colocação com 11,52 % e em seguida o Leite com 11,29 %. Nos dois municípios, a atividade grãos aparece como principal componente do VBP municipal, seguida por atividades derivadas da pecuária. As atividades suinocultura e produção de leite aparecem como importantes na composição do VBP dos dois municípios, sendo que a diferença entre as combinações municipais reside no fato de que em Maripá a avicultura de corte, desenvolvida em sistema intensivo, ocupa um lugar de destaque com R\$ 57.748.381,60, enquanto no município de São Pedro do Iguaçu aparece a pecuária de corte, desenvolvida em sistema extensivo com um valor de R\$ 12.049.982,68.

A presença da avicultura de corte em Maripá foi motivada pela diversificação adotada pela cooperativa CVale – Cooperativa Agroindustrial, que em outubro de 1997, implantou no município de Palotina um complexo avícola, fomentando a atividade nos municípios de sua área de atuação.

Quanto à arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), em razão dos coeficientes individuais de participação elencados pelo Código Tributário Nacional (CTN) - Lei 5.172/1967 serem semelhantes, os valores são os mesmos para ambos os municípios. No entanto, com relação ao total das receitas municipais a superioridade do município de Maripá correspondeu a 25,96% do montante verificado pelo município de São Pedro do Iguaçu no ano de 2009. Especificamente com referência as receitas tributárias municipais em 2009, a superioridade amplia-se para 98,36%, com uma diferença na arrecadação do município de Maripá de R\$ 423.782,30, no somatório do arrecadado com impostos, taxas e contribuição de melhorias.

No entanto, entre as arrecadações municipais a diferença mais pronunciada e com uma grande lacuna entre os municípios está na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por município de origem do contribuinte. No ano de 2010 o valor arrecadado pelo município de São Pedro do Iguaçu foi de apenas 3,98% do arrecadado pelo município de Maripá. Essa discrepância se confirma quando comparado o número de empreendimentos geradores de emprego existentes nos municípios (Tabela 9).

Tabela 9 - Número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas – 2010

Atividades Econômicas	Maripá		São Pedro do Iguaçu	
	Est.	Emp.	Est.	Emp.
Indústria de produtos minerais não metálicos	2	47	1	4
Indústria metalúrgica	2	7	1	-
Indústria mecânica	2	23	0	0
Indústria da madeira e do mobiliário	4	17		
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	0	0	1	3
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	4	14	1	1
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	6	220	2	14
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1	3		
Construção civil	8	12	2	2
Comércio varejista	44	126	35	88
Comércio atacadista	6	73	4	53
Instituições de crédito, seguro e de capitalização	5	20	2	12
Administradoras de imóveis, valores mobiliários, serv. Técn. profissionais, auxiliares da atividade econômica	8	24	3	7
Transporte e comunicações	8	14	8	28
Serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão	22	29	7	26
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	3	14	3	4
Administração pública direta e indireta	2	236	2	289
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca	47	88	38	115
Totais	174	967	110	646

Fonte: IPARDES, 2011.

Nota: Posição em 31 de dezembro de 2010.

Conforme os dados apresentados na tabela 9, o município de Maripá apresenta superioridade, tanto no número de estabelecimentos, como no número de empregos gerados. Esta realidade faz com que o Índice de Participação dos Municípios, que tem o Valor Adicionado Bruto como o maior componente, proporcione ao município de Maripá uma previsão de receita para o ano de 2012 de R\$ 6,96 milhões, colocando-o na 105ª posição do *ranking* dos municípios paranaenses, enquanto o município de São Pedro do Iguaçu com previsão de R\$ 3,49 milhões aparece na 232ª colocação no mesmo *ranking*.

6.3 O dissenso no consumo de energia elétrica

No aspecto consumo de energia elétrica⁷ os dados mostram uma dinâmica diferenciada em todas as categorias consumidoras (Quadro 1 e Gráfico 2). O consumo total de energia elétrica no ano de 2010 pelo município de Maripá foi de 23.221 megawatts-hora (MWh) para um total de 2.211 unidades consumidoras,

⁷ Para o melhor entendimento, as definições de energia elétrica estão disponíveis no Anexo A.

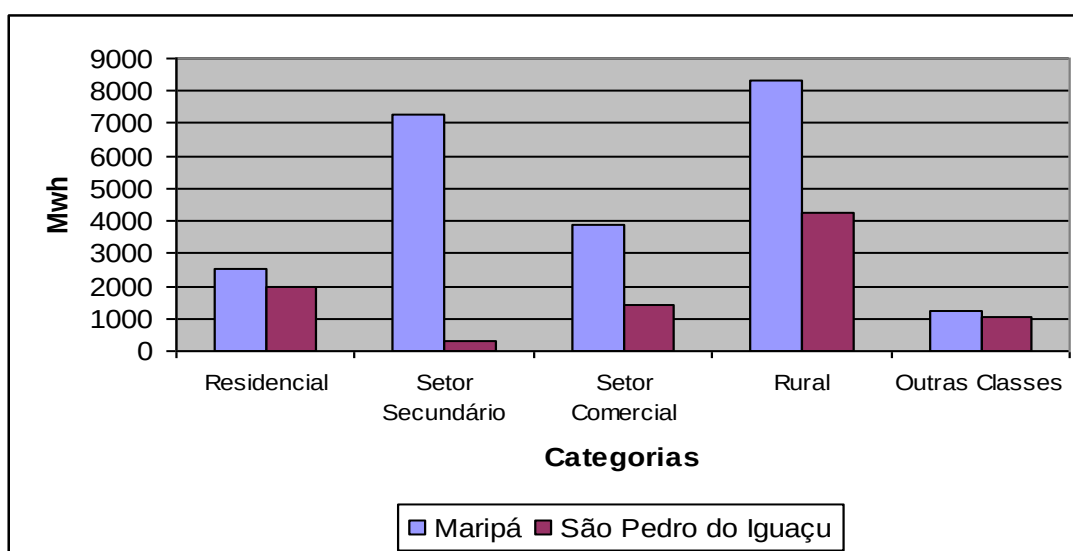
enquanto no Município de São Pedro do Iguaçu no mesmo ano o consumo total foi de 8.926 MWh para um total de 2.363 unidades consumidoras (IPARDES, 2011).

Quadro 1 - Consumo de energia elétrica: ano base 2010

Categorias de Consumo	Município de Maripá			Município de São Pedro do Iguaçu		
	Consumidores (Unid.)	Consumo(kWh)		Consumidores (Unid.)	Consumo (kWh)	
		Unitário	Per capita		Unitário	Per capita
Residencial	1.174	2.500	2,13	1392	1951	1,40
Setor Secundário	38	7.280	191,58	13	299	23,00
Setor Comercial	193	3.902	20,22	155	1402	9,05
Rural	746	8.332	11,17	740	4256	5,75
Outras Classes	60	1.207	20,12	63	1018	16,16
TOTAL	2.211	23.221	10,50	2363	8926	3,78

Fonte: COPEL, 2010 *apud* IPARDES, 2011 (Dados organizados pelo autor).

Gráfico 2 - Consumo de energia elétrica no ano de 2010 de acordo com as categorias consumidoras nos municípios de Maripá e São Pedro do Iguaçu



Fonte: COPEL, 2010 *apud* IPARDES, 2011.

Conforme observado no gráfico acima, a superioridade de consumo no município de Maripá ocorreu em todas as categorias. Na categoria residencial, o consumo no município de Maripá foi de 2.500 MWh para um total de 1.174 unidades consumidoras perfazendo um consumo *per capita* de 2,13 MWh, enquanto no município de São Pedro do Iguaçu em 1392 unidades consumidoras foram consumidos 1.951 MWh, com um consumo *per capita* de 1,40 MWh. Nessa relação de consumo, os consumidores residenciais do município de Maripá tiveram uma superioridade de consumo no ano de 2010 de 34,3% em relação aos consumidores de mesma categoria no município de São Pedro do Iguaçu.

No setor secundário, categoria onde são alocadas as unidades consumidoras que desenvolvem atividades industriais é que ficou evidenciada a maior discrepância no consumo entre os dois municípios. Enquanto o município de Maripá consumiu durante o ano 2010 no setor secundário 7.280 MWh para 38 unidades consumidoras, no município de São Pedro do Iguaçu foram consumidos pelo mesmo setor apenas 299 MWh em 13 unidades consumidoras. Neste setor o consumo total do município de São Pedro do Iguaçu foi de apenas 4,1% do consumido pelo município de Maripá.

No setor comercial, categoria onde são alocadas as unidades consumidoras que exercem atividade comercial, de prestação de serviços (exclusive os serviços públicos) e outras atividades não previstas nas demais classes, inclusive o fornecimento destinado às instalações de uso comum de prédio ou conjunto com predominância de unidades consumidoras não residenciais, o consumo no município de Maripá no ano de 2010 foi 278,3% superior ao observado no município de São Pedro do Iguaçu no mesmo período.

Também na categoria setor rural houve uma superioridade do consumo observado no município de Maripá em relação ao município de São Pedro do Iguaçu no ano base 2010. Enquanto no primeiro foram consumidos 8.332 MWh para 746 unidades consumidoras, no segundo o consumo foi de 4.256 MWh para 740 unidades consumidoras. Nessa categoria chama a atenção que para um número semelhante de consumidores, no município de São Pedro do Iguaçu o consumo de energia elétrica foi apenas 51,08% do total consumido no município de Maripá para a mesma categoria.

Já em outras classes de consumo, segundo classificação da Companhia Paranaense de Energia (COPEL), foram enquadradas no município de Maripá 60 unidades consumidoras com um consumo total no ano de 2010 de 1207 MWh, também superior ao consumido no município de São Pedro do Iguaçu onde 63 unidades consumiram 1.018 MWh no mesmo ano.

Essa disparidade no consumo de energia elétrica ocorre desde o primeiro ano de instalação dos municípios, tendo ambos evoluído no consumo, porém também não na mesma proporção.

Tabela 10 -Evolução no consumo de energia elétrica 1993/2000/2010 nos municípios de Maripá e São Pedro do Iguaçu de acordo com as categorias de consumo.

Categorias de Consumo	Maripá				São Pedro do Iguaçu			
	Consumo (MWh)			Evolução (%)	Consumo (MWh)			Evolução (%)
	1993	2000	2010		1993	2000	2010	
Residencial	1.698	2.077	2500	47,23	1.097	1.407	1951	77,85
Setor Secundário	790	2.591	7280	821,52	82	306	299	264,63
Setor Comercial	2.215	2.092	3902	76,16	375	574	1402	273,87
Rural	4.728	5.856	8332	76,23	2.638	3.632	4256	61,33
Outras Classes	948	987	1207	27,32	899	809	1018	13,24
Total	10.379	13.603	23221	123,73	5.091	6.728	8926	75,33

Fonte: COPEL, 2010 *apud* IPARDES, 2011 (Cálculos elaborados pelo autor).

Conforme Tabela 10, ambos os municípios apresentaram evolução positiva no consumo de energia elétrica entre os anos 1993 e 2010 em todas as categorias de consumo. No entanto, mesmo que com o consumo total inferior por categoria de consumo, o município de São Pedro do Iguaçu teve um incremento percentualmente maior nas categorias de consumo residencial e no setor comercial. No município de Maripá o setor de maior crescimento foi o secundário, que abrange as atividades industriais, indicando um forte aumento neste setor no município no período 1993/2010.

6.4 A disparidade no aspecto famílias pobres

Assim como nos indicadores econômicos, a realidade social do município de São Pedro do Iguaçu é inferior a situação observada no município de Maripá, sob a ótica da concentração de famílias de baixa renda.

Com base nas estimativas feitas a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2006 e consideradas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para a operacionalização do programa 'Bolsa Família', são evidenciadas que no município de São Pedro do Iguaçu a ocorrência de famílias pobres ou com baixa renda, superam as identificadas na mesma situação no município de Maripá (Tabela 11).

Tabela 11 -Dados de operacionalização do Programa Bolsa Família nos municípios de Maripá e São Pedro do Iguaçu.

Indicadores Sociais – Bolsa Família	Maripá	São Pedro do Iguaçu
Estimativa de famílias pobres – Perfil bolsa família- PNAD 2006	205	479
Estimativa de famílias de baixa renda – Perfil cadastro único - PNAD 2006	481	900
Total de famílias cadastradas com renda <i>per capita</i> mensal de até ½ salário mínimo - MDS 09/2011	257	739
Total de famílias cadastradas com renda <i>per capita</i> mensal de até R\$ 140,00 - MDS 09/2011	106	538
Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família - MDS 12/2011	59	478
Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) 2010	0,68	0,60

Fonte: MDS, 2011.

Conforme tabela acima as famílias pobres em São Pedro do Iguaçu, de acordo com os critérios estabelecidos pelo programa 'Bolsa Família', superam nas faixas avaliadas aquelas cadastradas no município de Maripá. Desta maneira a concessão do benefício em dezembro de 2011 em São Pedro do Iguaçu destinou-se a 478 famílias, enquanto no município de Maripá apenas 59 famílias foram beneficiadas. Com relação ao Índice de Desenvolvimento da Família (IDF), que é desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e se restringe a população de baixa renda inscrita no cadastro único e que varia de 0 (zero) a 1 (um) onde quanto mais próximo de 1 maior o desenvolvimento da família, houve a superioridade do município de Maripá com o índice de 0,68 enquanto São Pedro do Iguaçu alcançou 0,60.

6.5 As disparidades no indicador IDH

O IDH-M é elaborado com base nos indicadores de educação (alfabetização e taxa de frequência escolar), longevidade e renda da população. Esse conjunto de indicadores compõe os índices: IDH-E (educação), IDH-L (longevidade) e IDH-R (renda), cuja média aritmética simples resulta no IDH-M. Esses índices variam de 0 (zero) a 1 (um), sendo 1 (um) a posição correspondente aos melhores valores (IPARDES, 2011).

Nas duas medições do IDH-M, anos 1991 e 2000, houve significativa diferença entre os municípios estudados (Tabela 12).

Tabela 12 - IDH alcançado pelos municípios de Maripá e São Pedro do Iguaçu nos anos 1991 e 2000.

MUNICÍPIO	ANO	IDH-M	Posição Paraná	Esperança devida ao nascer(anos)	Taxa de Alfabetização (%)	Renda <i>Per capita</i> (R\$ 1,00)
Maripá	1991	0,747	8º	69,40	92,47	219,00
	2000	0,845	5º	77,52	95,17	308,04
São Pedro do Iguaçu	1991	0,678	137º	68,58	79,05	121,57
	2000	0,732	233º	71,14	81,68	152,93

Fonte: IPARDES, 2011.

A Tabela 12 indica que ambos os municípios obtiveram avanços importantes no indicador IDH-M entre os anos 1991 e 2000. No intervalo entre as avaliações o município de Maripá teve uma evolução de 13,12%, passando a ter considerada situação de alto desenvolvimento humano e ocupando a 5ª posição no *ranking* dos municípios paranaenses. Já no mesmo período, o município de São Pedro do Iguaçu evoluiu 7,96%, alcançando um nível médio superior de desenvolvimento humano, com o índice IDH-M 0,732 e ocupando a 233ª posição no mesmo *ranking*.

Entre os indicadores componentes do IDH, chama à atenção a superioridade de 101,42% no aspecto renda *per capita* do município de Maripá. O município de São Pedro do Iguaçu apresentou índices inferiores também nos aspectos longevidade e taxa de alfabetização.

6.6 Associativismo dos responsáveis pelos estabelecimentos rurais de acordo com Censo Agropecuário 2006

De acordo com os resultados apresentados pelo censo agropecuário 2006 (IBGE, 2011), apesar de um número maior de domicílios rurais no município de São Pedro do Iguaçu, o município de Maripá apresenta um maior número de produtores que participam de entidades associativas, sindicais ou cooperativas (Tabela 13).

Tabela 13 -Condição associativa dos responsáveis pelos domicílios rurais dos Municípios de Maripá e São Pedro do Iguaçu

CONDIÇÃO	Estabelecimentos Agropecuários			
	Maripá		São Pedro do Iguaçu	
	(nº)	(%)	(nº)	(%)
Produtor associado à cooperativa	388	50,1	251	30,46
Produtor associado à entidade de Classe	46	5,9	19	2,31
Cooperativa e entidade de classe (sindicatos, associações/movimentos de produtores e moradores, etc.)	49	6,3	8	0,97
Produtor não associado	291	37,6	546	66,3
Total de Estabelecimentos Agropecuários	774	100,0	824	100,0

Fonte: IBGE, 2011(Censo Agropecuário de 2006).

A tabela acima revela que no município de Maripá, segundo o Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2011), 62,4% dos responsáveis por domicílios rurais entrevistados declararam participar de algum tipo de entidade associativa, enquanto em São Pedro do Iguaçu apenas 33,7% declararam fazer parte de alguma instituição associativa. Em ambos, a entidade mais lembrada como vínculo associativo foi a cooperativa, que no caso de Maripá 388 produtores se declararam pertencer ao quadro de associados de cooperativa e em São Pedro do Iguaçu 251 produtores declararam estar vinculados a uma cooperativa.

Com relação ao sindicalismo, nos dois municípios o número dos que se declararam ligados à entidade de classe e aqueles que se declaram ser sócios tanto de cooperativa, como entidade de classe, tratou-se de um número reduzido. No entanto, mesmo assim, no município de Maripá se apresentaram nesta condição um número bastante superior aos de São Pedro do Iguaçu, situação que se repetiu quando foi respondido pertencer tanto a cooperativa como a entidade de classe.

O número de responsáveis pelos domicílios rurais cuja resposta foi de que não faziam parte de nenhuma espécie de entidade associativa foi bastante superior em São Pedro do Iguaçu. Neste, em um universo de 824 domicílios, 546 produtores rurais ou o equivalente a 66,3%, responderam não fazer parte de nenhuma espécie de entidade associativa. Já em Maripá os produtores que responderam não pertencer a nenhuma espécie de entidade associativa foram 291, equivalendo a 37,6% em um universo de 774 produtores.

6.7 Organizações associativas nos municípios

Os municípios de Maripá e São Pedro do Iguaçu possuem uma rede de organizações civis associativas, atuando em diversas áreas de suas respectivas sociedades locais. Porém, quando comparadas a quantidade de organizações e seus propósitos, verifica-se existirem diferenças, as quais serão analisada a seguir.

As organizações associativas e de representação civil, levadas em consideração para o levantamento das informações, foram as entidades classificadas como: agrupamento de pessoas, reunidas de maneira formal ou informal, criadas a partir da união de ideias e de esforços em prol de um objetivo material ou imaterial comum, cujo propósito seja lícito e com a livre adesão de seus membros.

As cooperativas agroindustriais estão presentes nos municípios pesquisados, mas não foram consideradas para efeitos desta análise, pois se tratam de grandes cooperativas as quais mantêm entrepostos ou agências nestes municípios, mas suas instâncias finais de decisão encontram-se fora do município.

Em Maripá está instalada a Cvale - Cooperativa Agroindustrial, a qual mantém três entrepostos no município, sendo um na sede, mais dois nos distritos de Candeia e Pérola Independente e duas agências da Cooperativa de Crédito Sicredi Vale, sendo uma na sede municipal e outra na sede do distrito de Pérola Independente. Já no caso de São Pedro do Iguaçu há um entreposto da Coamo – Agroindustrial Cooperativa e uma agência da Cooperativa de Crédito Sicredi Oeste, as duas situadas na sede do município.

Para Olson (1999), citado por Jales (2009), o tamanho da organização determina a possibilidade da ação coletiva. Grupos extensos, onde o benefício desejado pode ser obtido apenas com a ação de uma parte de seus membros e que na medida em que for alcançado esse fim, será compartilhado com todos, os membros tendem a considerar sua participação individual como dispensável e preferem esperar confortavelmente sem se manifestar.

No levantamento de informações realizado, o município de Maripá apresentou um número total superior de entidades associativas organizadas. O número total obtido neste foi de 50 organizações associativas, distribuídas em 13 categorias,

enquanto no município de São Pedro do Iguaçu foram 39 entidades, agrupadas em 9 categorias (Tabelas 14 a 16).

Outro fator que chamou a atenção foi a diversidade no objeto das organizações existentes no município de Maripá, onde uma parcela significativa destas, tem como propósito o apoio a produção e gestão de serviços de interesse coletivo, entre outras. Já em São Pedro do Iguaçu uma parcela significativa das instituições tem uma ligação com organizações religiosas e tem como objeto a promoção de festividades (relação das entidades por município no Anexo D).

Tabela 14 - Grupos associativos organizados com motivação econômica existentes nos municípios de Maripá e São Pedro do Iguaçu em janeiro de 2012.

Organização associativa/categoria	Objeto	Maripá	São Pedro do Iguaçu
Associações de Agricultores	Gestão de sistemas comunitários de abastecimento de água, abastecedores e equipamentos comunitários para a produção e/ou viabilização de comercialização conjunta.	17	4
Associações de Classe	Organização do setor/categoria, capacitação, organização para a comercialização de produtos e abertura de novos mercados, prestação de serviços aos associados.	4	-
Associações de Estudantes	Viabilização do transporte coletivo para o deslocamento ao ensino (superior) em cidades vizinhas	1	1
Organizações Sindicais	Organização e defesa dos interesses econômicos, profissionais, sociais e políticos dos seus associados.	3	-
Total		25	5

Fonte: o autor, 2012

Em Maripá se sobressai o número de entidades com finalidade econômica onde o objeto busca facilitar aspectos de produção, comercialização ou relações de trabalho. Como podemos observar na Tabela 14, no município foram enquadradas nesta categoria 25 entidades, ou seja, 50 % das existentes. Dentro deste grupo aparecem 17 associações de produtores, organizadas com o objetivo de autogestão de sistemas de redes de água ou equipamentos para a produção agrícola coletivo e ou viabilização de comercialização conjunta. Na categoria considerada associações de classe identificou-se no município: uma Associação de Aquicultores (AQUIMAP),

uma Associação de Orquideocultores (AOM), uma Associação de Fruticultores e a Associação Comercial e Industrial (ACIMA). As Associações de agricultores e as associações de classe do Município de Maripá possuem representação no Conselho de Desenvolvimento Rural do Município, que junto com outras entidades locais públicas e privadas, reúnem-se ordinariamente a cada dois meses em torno de pautas de interesse dos participantes.

Em São Pedro do Iguaçu existem quatro entidades classificadas como associações de agricultores e não apresenta entidades na categoria associações de classe. Com relação a associações de produtores chama a atenção que as quatro associações existentes partiram da necessidade do atendimento de programas governamentais e foram organizadas por instituições governamentais.

A Associação do Assentamento Nova União e Associação de Moradores da Vila Rural da Paz foram criadas por ocasião do processo de implantação e por necessidade normativa dos programas de assentamento e persistem ativas mesmo passado o período de exigência legal dos programas. A associação “Saboart” que reúne artesãos no município foi formada a partir de uma iniciativa de acadêmicos da Unioeste - Campus de Toledo e a Associação dos Agricultores Familiares de São Pedro do Iguaçu (AAFASPI) que foi formada como exigência para atender o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Estes programas de mercados institucionais passaram a exigir que além do produtor atender os requisitos de agricultor familiar, também estivesse vinculado a uma entidade associativa: cooperativa ou associação de produtores, como forma de fomentar o associativismo neste segmento de fornecedores, com o objetivo de viabilizar a abertura de novos mercados para os produtos da agricultura familiar (Anexo B). Com relação a Associação Comercial e Industrial, chama a atenção o fato de que mesmo constando sua existência na página eletrônica da Federação das Associações Comerciais do Paraná, em São Pedro do Iguaçu a mesma não está em atividade.

Para a viabilização do transporte para os estudantes do nível superior que se deslocam para cidades vizinhas, base física de instituições de ensino superior, nos dois municípios foi adotada a mesma providência. Foram formadas associações com

a finalidade de gerir os recursos repassados pelo município e a contrapartida dos próprios estudantes usuários do serviço.

Em São Pedro do Iguaçu não estão sediadas entidades sindicais. Já em Maripá as três categorias laborais mais representativas do município: trabalhadores rurais, empregadores rurais e servidores municipais, estão representadas por entidades sindicais específicas sediadas no próprio município.

Com relação a entidades associativas com motivação recreativa, cultural ou assistencial, o número de entidades existentes nos dois municípios é semelhante, porém com uma superioridade para o município de São Pedro do Iguaçu (Tabela 15).

Tabela 15 - Grupos associativos organizados com motivação recreativa, cultural ou assistencial nos municípios de Maripá e São Pedro do Iguaçu em janeiro de 2012.

Organização associativa/categoria	Objeto	Maripá	São Pedro do Iguaçu
Associações de Servidores Públicos	Organização e confraternidade dos servidores públicos do Município de Maripá	1	-
Associações Culturais	Cunho educativo com objetivo de resgate e fortalecimento das origens culturais da população	1	-
Associações de difusão e realização de eventos	Associação recreativa, para a gestão de eventos.	1	-
Associações Filantrópicas	Cunho filantrópico com a realização de ações de Assistência Social	1	2
Associações desportivas e Sociais	Grupos organizados em razão de esportes e que organizam eventos esportivos promocionais	2	2
Clubes de Mães / Senhoras	Confraternidade, capacitações e discussão de temas específicos da organização feminina	5	7
Associações de Rádio Difusão	Concessionária de Rádio Comunitária	-	1
Clubes de Idosos	Confraternidade entre os participantes (idade acima de 55 anos) com a realização de atividades esportivas, culturais e recreativas	3	4
Associações Comunitárias	Organização e centralização de forças de moradores de uma determinada comunidade e representação de interesses comuns	1	4
Total		15	20

Fonte: o autor, 2012

Conforme pode ser observado na Tabela 16, neste segmento o município de São Pedro do Iguaçu apresenta vinte entidades organizadas distribuídas em seis categorias. Já no município de Maripá foram identificadas quinze associações em oito categorias, o que mostra uma maior diversificação em termos de áreas de abrangência.

No município de Maripá chamou a atenção que os dois grandes eventos de projeção do município, de cunho comercial e festivo, tem uma forte participação dos grupos sociais organizados. O “Arrancadão de Tratores” evento anual que é uma marca do município com projeção nacional é promovido pelo Automóvel Clube de Maripá, o qual no decorrer do ano faz apresentações em outras regiões do país (especialmente agrícolas) objetivando a divulgação do evento. Também a “Festa das Orquídeas e do Peixe”, importantes atividades econômicas desenvolvidas no município, possui a coordenação do poder público municipal que conta com a participação integrada de treze entidades organizadas da sociedade civil, que participam na organização e realização, com o objetivo de arrecadação de fundos ou divulgação da atividade econômica de seus associados.

Em São Pedro do Iguaçu, as atividades alusivas ao aniversário do município, que são realizadas no mês de julho, são distribuídas entre promoções realizadas sob a organização ou apoio do município e também por entidades organizadas, todas com enfoque gastronômico, com destaque para o “Jantar Italiano da comunidade São Francisco”, onde parte significativa dos participantes é de fora do município.

Em ambos os municípios estão constituídas entidades com fins assistenciais e filantrópicos. No município de São Pedro do Iguaçu, aparecem duas entidades com este objeto: A APAE – Escola de Educação Social e o PROVOPAR – Ação Social Municipal de São Pedro do Iguaçu. Ambas as entidades tem forte relação com o poder público municipal. Neste contexto, o PROVOPAR, a cada gestão do executivo municipal tem tido sua coordenação assumida pela esposa do prefeito, contando com o apoio de servidores ligados a administração municipal o que descaracteriza, na essência, a sua condição de organização da sociedade civil.

No caso de Maripá, a ASSOMA – Associação Organizada de Maripá, mesmo contando com o apoio da administração municipal tem a organização e o processo de escolha da diretoria, independente ao poder público municipal. Além das

atividades de cunho filantrópico a entidade assumiu a produção de mudas de essências florestais nativas, realizada por um grupo de jovens com vulnerabilidade social, fornecendo-as ao município.

Outro fato que chama a atenção é o número expressivo clube de mães/senhoras existentes em ambos os municípios. Em São Pedro do Iguaçu são em número de sete, enquanto Maripá existem cinco grupos organizados. Estes grupos foram criados por iniciativa dos departamentos sociais das cooperativas agrícolas, existentes na década de 1980. No caso de São Pedro do Iguaçu, foram criados inicialmente dois grupos de senhoras cooperativistas e mesmo passados aproximadamente trinta anos desta iniciativa, os grupos organizados não só permanecem ativos, como também foram ampliados para outras comunidades, mesmo aquelas não existentes à época como são os casos dos Clubes de Mães da Vila Rural da Paz e do Assentamento Nova União.

Com relação a grupos organizados vinculados a igrejas, identificou-se maior número no município de São Pedro do Iguaçu (Tabela 16). Em comunidades rurais do município (Campo Grande, Santa Mônica, Santa Luzia e Marco Três), a agregação social se dá em razão da existência da organização religiosa.

Tabela 16 - Grupos associativos organizados com motivação comunitária ou vinculados a instituições religiosas existentes nos municípios de Maripá e São Pedro do Iguaçu em janeiro de 2012.

Organização associativa/ categoria	Objeto	Maripá	São Pedro do Iguaçu
Grupos Religiosos (*)	Grupos informais, compostos a partir de uma base de organização religiosa e que realizam atividades abertas a comunidade, especialmente festas gastronômicas.	10	14
Total		10	14

Fonte: o autor, 2012

(*) **Nota:** Considerou-se como grupos religiosos aqueles que realizam promoções, em regra de caráter de confraternização e para a arrecadação de recursos, abertas a toda a comunidade e não apenas reuniões para a prática de cultos religiosos.

Como pode ser observado na Tabela 16, existem em São Pedro do Iguaçu, 14 grupos organizados ligados diretamente a igreja, enquanto no município de Maripá identificou-se 10 grupos. Esses grupos promovem atividades abertas a sociedade em geral, especialmente festas gastronômicas, cujas rendas revertem para a manutenção e infraestrutura da própria comunidade.

Com relação ao vínculo religioso dos grupos organizados em São Pedro do Iguaçu, 78,6% são vinculados a igreja católica e 21,4% ligados a luteranas. Já essa relação em Maripá é de 60% ligados a religião católica e 40% ligados a luterana. Embora existam outras religiões nos municípios, não foram consideradas em razão de não terem sido registrados eventos abertos ao público em geral, de cunho não religioso.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região administrativa de Toledo, oeste do Estado do Paraná, tem se destacado, desde seu processo de colonização, como um pujante território, vanguarda no desenvolvimento agropecuário, comparativamente com as demais regiões do Estado do Paraná.

No entanto, como vimos nesta análise dissertativa, o desenvolvimento não é equilibrado, com disparidades acentuadas e que necessitam ser corrigidas para que haja o desenvolvimento harmônico da região.

Uma das causas apontadas na literatura como um dos fatores responsáveis para o desenvolvimento desigual de regiões é o seu capital social, expresso na forma de estruturas sociais, as quais incentivam e viabilizam a cooperação, fortalecendo os laços, e que, por consequência, facilitam a eficácia das ações coordenadas.

Após analisadas as disparidades locais, através da avaliação de alguns indicadores de desenvolvimento dos vinte municípios que compõem a região administrativa de Toledo, se definiu pela realização deste estudo comparativo nos municípios de Maripá e São Pedro do Iguaçu. As características apresentadas pelos dois municípios foram as que mais se aproximaram do projeto inicial, com a vantagem de reduzir possíveis fatores que mascarassem a análise comparativa, especialmente o fator locacional (proximidade do município ao polo regional).

Com esse escopo realizou-se a pesquisa escolhendo-se assim, dois municípios com características gerais semelhantes especialmente em seus aspectos territoriais, locais e tamanho de suas populações, mas que apresentaram níveis diferenciados no desenvolvimento. Foram comparados indicadores econômicos e sociais, onde foi possível observar a acentuada disparidade em seus níveis de desenvolvimento e que justificam a posição no IDH-M 2000, onde um aparece em 45º no *ranking* nacional enquanto o outro, figura na 2391ª posição no mesmo *ranking*, mesmo que seus territórios estejam localizados a não mais do que 50 quilômetros.

Para o estudo do capital social dos municípios se avaliou a rede de organizações da sociedade civil, especialmente o objeto destas instituições

organizadas, agrupando-as de acordo com as categorias em que se enquadram, para identificar diferenças que pudessem explicar as causas do desenvolvimento desigual entre os municípios.

Após a análise dos resultados e confrontados com as disparidades no desenvolvimento local dos dois municípios estudados, nos foi permitido fazer algumas considerações. Estas considerações visam incentivar a reflexão sobre os dados apresentados e não esgotam as amplas possibilidades advindas da pesquisa e do seu aprofundamento. Assim, acreditamos que este trabalho possa despertar interesse dos atores envolvidos no processo de desenvolvimento local para que a região administrativa de Toledo tenha minimizadas as disparidades locais, de forma que o desenvolvimento se distribua de forma mais equânime em sua totalidade territorial.

A seguir, apresentamos algumas observações advindas deste trabalho.

O município com maior nível de desenvolvimento humano é aquele em que:

- Existe um maior número de instituições associativas da sociedade civil;
- Suas organizações são mais diversificadas em seu objeto, formando uma rede de instituições atuando em diversos setores da sociedade local;
- Mesmo que suas instituições associativas não tenham diretamente objeto econômico, predominam no rol de instituições, aquelas em que os interesses do grupo buscam uma melhor solução para determinados problemas que dizem respeito a aspectos relacionados à produção e a qualidade de vida;
- As instituições foram criadas pela confluência do interesse de seus próprios associados, tendo o poder público como apoiador.
- As instituições assumem papéis de interesse público contribuindo para o bem estar geral da população;
- O município utiliza-se destas instituições como ferramenta para viabilizar ações de interesse público;
- A população está mais aberta a associar-se a instituições cooperativas e entidades de classe.

Já o município com menor nível no desenvolvimento humano é aquele em que:

- Apresenta um menor número de instituições associativas;
- As organizações associativas são menos variadas em seu objeto;
- Há um maior número de organizações com vínculos a comunidades religiosas;
- Existem poucas entidades associativas voltadas a defesa dos interesses econômicos de seus associados;
- Seus munícipes são menos participativos em entidades de classes e cooperativas;
- Entidades associativas ligadas à produção, criadas por necessidade ou exigência de políticas públicas, passam a ter vida própria após o término de sua exigência legal;
- O município também se utiliza de entidades organizadas da sociedade civil (ou organiza-as para o fim determinado) para viabilizar ações de interesse público.

Com base nestas considerações, este trabalho nos permite dizer que nos municípios estudados, existe uma estreita relação entre o nível de desenvolvimento local e a rede de organizações da sociedade civil neles contida, especialmente quanto a quantidade e ao objeto. Por último, que as políticas públicas e as iniciativas de instituições locais que estimularam a organização da sociedade local no município de menor desenvolvimento foram importantes para o fortalecimento do capital social local.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 121-140, set./dez. 2001.
- ALMEIDA, Antonio Marcos Lima de et al. **A formação do capital humano, social e cultural em uma cooperativa de materiais recicláveis**: Cooperativa de Catadores e Agentes Ecológicos de Canabrava (CAEC) e sua influência na sustentabilidade do empreendimento. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-formacao-do-capital-humano-social-e-cultural-em-uma-cooperativa-de-materiais-reciclaveis/62384/>>. Acesso em: 18 fev. 2012.
- ALONSO, José Antônio Fialho; AMARAL, Rafael Quevedo do. Desigualdades intermunicipais de renda no Rio Grande do Sul: 1985-2001. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. esp., p. 171-94, maio 2005.
- AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 23, p. 261-86, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/78/89>>. Acesso em: 12 jun. 2011.
- BORGES, Paulo Roberto Santana. A região oeste catarinense no contexto do desenvolvimento regional após os efeitos da interiorização da administração pública. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 4., 2010, Criciúma. **Anais eletrônicos...** Criciúma: UNESC, 2010. Disponível em: <<http://www.apec.unesc.net/eventos.htm>>. Acesso em: 30 maio 2011.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia (MME). **Programa luz para todos**: manual de operacionalização. 2009. Disponível em: <<http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/asp/>>. Acesso em: 8 out. 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável**: guia para o planejamento. Brasília, DF, 2005.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). **Desenvolvimento local**: territórios, redes e desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br>>. Acesso em: 22 abr. 2011.
- BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**: material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA. Brasília, 1999. Disponível em: <<http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIICA/SergioBuarque.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2011.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 11-40, jan./abr. 2000. Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8860>>. Acesso em: 25 maio 2011.

COLOGNESE, Silvio Antônio; GREGORY, Valdir; SCHALLENBERGER, Erneldo. **Tupãssi: do mito a história**. Cascavel: Unioeste, 1999.

CORAGGIO, José Luis. Desarrollo regional, espacio local y economía social. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL REGIÕES NO SÉCULO XXI: entre a globalização e a democracia local, 2005, México. **Anais...** México: Instituto Mora, 2005. Disponível em: <<http://www.coraggioeconomia.org>>. Acesso em: 22 abr. 2011.

COSENZA, José Paulo. A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 14, n. esp., out. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772003000400001&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 jan. 2012.

COSTA, Achyles Barcelos da; COSTA, Beatriz Morem da. Cooperação e capital social em arranjos produtivos locais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 33., 2005, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: ANPEC, 2005. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A113.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2011.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. **Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional**. Brasília: Mais Gráfica, 2010. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/desenvolvimentoregional/publicacoes/livro.asp>>. Acesso em: 16 jan. 2012.

DA SILVA, Carlos Alberto F. A dimensão regional na gestão do território: da integração econômica à integração competitiva. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 45-63, jan./dez. 1993.

DALLABRIDA, Valdir Roque. A gestão territorial através do diálogo e da participação. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 11, n. 245, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24520.htm>>. Acesso em: 25 maio 2011.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 2004.

DENARDI, Reni Antonio et al. **Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Estado do Paraná**. Curitiba: Emater, 2000. Disponível em: <www.gp.usp.br/files/desen_fatores.pdf>. Acesso em: 26 maio 2011.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PARANÁ. **Mapa das estradas do Paraná**. Curitiba. Disponível em: <<http://www.der.pr.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

DOWBOR, Ladislau. Tendências da gestão social. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 3-16, jan./fev. 1999.

FAVERO, Celso Antônio. Colono, produtor, negociante: trajetórias na produção de um território. **Revista Tempo da Ciência**, Cascavel, v. 15, n. 29, p. 29-56, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://200.201.8.27/index.php/tempodaciencia/issue/view/257>>. Acesso em: 22 abr. 2011.

FAVERO, Celso Antônio. Os movimentos sociais e a questão do desenvolvimento. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 7, n. 2, p. 7-39, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GOLDEMBERG, José. Energia e desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 12, n. 33, maio/ago. 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 28 set. 2011.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa**: projetos e relatórios. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Loyola, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Resultados do Censo 2010**. 2011. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Base de Dados do Estado**: BDEweb. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/imp/>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

JALES, Edilene Fernandes. **Associativismo nos municípios rurais**: uma alternativa de desenvolvimento local em Portalegre/RN. 2009. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2009. Disponível em: <http://bdtd.bczm.ufrn.br/tesdesimplificado/tde_arquivos/7/TDE-2009-09-14T110404Z-2199/Publico/EdileneFJ.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2012.

JIANOTI, Leonardo Barros. **Capital social**: potencializando a equação do desenvolvimento. 2004. Trabalho de Conclusão (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates; INOJOSA, Rose Marie; KOMATSU, Suely. Descentralização e intersectorialidade na gestão pública municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza. In: CONCURSO DE ENSAYOS DEL CLAD, 11., Caracas, 1997. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://unpan1.un.org>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalho científicos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LEONELLO, João Carlos. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista, Franca, 2010. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/posservicosocial/LEONELLO.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

MACIEL, Maria Lúcia. Confiança, capital social e desenvolvimento. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p.283-288, 2001. Disponível em: <<http://www.propipi.uff.br/revistaeconomica/>>. Acesso em: 18 jan. 2012.

MILANI, C. **Teorias do capital social e desenvolvimento local**: lições a partir da experiência de Pintadas. Bahia, 2005. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/>>. Acesso em: 21 dez. 2012.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, Gilson Batista de; LIMA, José Edmilson de Souza. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista FAE**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, maio/dez. 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa Ambiental das Nações Unidas. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente humano**. Disponível em: <http://www.unep.org/documents/default.asp?documentid=97>>. Acesso em: 22 abr. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH)**. 2010. Disponível em:<<http://hdr.undp.org>>.Acesso em: 22 abr. 2011.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB). Departamento de Economia Rural. **Valor bruto da produção agropecuária paranaense**. Curitiba, 2009. Disponível em: <<http://www.agricultura.pr.gov.br>>. Acesso em: 8 dez. 2011.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU). **Planos Regionais de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Paraná (PRDE)**. Curitiba, 2006.

PARANÁ. Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR).**Cadastro eleitoral**: cadastro ordenado por município. 2011. Disponível em: <<http://www.tre-pr.jus.br/internet2/tre/index.jsp>>. Acesso em: 21 dez. 2011.

PERES, Fernando Curi. Capital Social: a nova estrela do crescimento econômico. **Revista Preços Agrícolas**, Piracicaba, v. 14, n. 165, p. 6-9, 2000.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RICHARDSON, Harry W. **Economia regional**: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

RIPPEL, Ricardo. **Migração e desenvolvimento econômico no oeste do estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000**. 2005. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

ROLIM, Cássio F. C. **As bases do desenvolvimento regional**. Curitiba: UFPR, 2004.

SANTIN, Janaína Rigo. O tratamento histórico do poder local no Brasil e a gestão democrática municipal. **Revista Estudos Jurídicos**, São Leopoldo, RS, v. 40, n. 2, p. 72-8, jul./dez. 2007.

SCHNEIDER, Sergio; TARTARUGA, Iván G. Peyré. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 1/2, p. 99-116, jan./dez. 2004.

SILVA, Mariangela Amaral e; MARION FILHO, Pascoal José; CORONEL, Daniel Arruda. A origem e a evolução recente das desigualdades regionais entre COREDES (1990-2003). In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 3., 2006, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: PUC-RS: FEE, 2006. Disponível em: <www.fee.tche.br>. Acesso em: 26 maio 2011.

TABOSA, Francisco José; MAYORGA, Ruben Dario; AMARAL FILHO, Jair do. Estoque de capital social e qualidade de vida da população do município de Itarema, estado do Ceará. In: CONGRESSO DA SOBER, 18., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: SOBER, 2005.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR, 2002. Disponível em: <http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2011.

TRIGOSO, Federico Bernardino Morante. **Demanda de energia elétrica e desenvolvimento socioeconômico: o caso das comunidades rurais eletrificadas com sistemas fotovoltaicos**. 2004. Tese (Doutorado em Energia)- Universidade de São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.iee.usp.br>>. Acesso em: 8 out. 2011.

ANEXOS

ANEXO A – DEFINIÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA

Energia Elétrica Residencial - São alocados nesta classe os consumidores que utilizam a energia elétrica para fins residenciais, salvo aqueles situados em propriedade rural na qual seja desenvolvida atividade agropecuária com objetivo econômico. Inclui-se nesta classe o fornecimento para uso comum de prédios ou conjuntos com predominância de unidades consumidoras residenciais.

Energia Elétrica no Setor Secundário: São alocadas nesta categoria as unidades consumidoras que desenvolvem atividades industriais. Para que se tenha um conjunto mais homogêneo com relação à atividade industrial sugere-se estratificar os consumidores nos seguintes gêneros: extração de tratamento de minerais; produtos minerais não metálicos; metalúrgica; mecânica; material elétrico e de comunicações; madeira; mobiliário; papel e papelão; borracha; couros, peles e produtos similares; química; produtos farmacêuticos e veterinários; perfumaria, sabões e velas; produtos de materiais plásticos; têxtil; vestuário, calçados e artefatos de tecidos; produtos alimentares; bebidas; fumo; editorial e gráfica, diversos; utilidade pública; e construção.

Energia Elétrica no Setor Comercial: São alocadas nesta categoria as unidades consumidoras que exercem atividade comercial, de prestação de serviços (exclusive os serviços públicos) e outras atividades não previstas nas demais classes, inclusive o fornecimento destinados às instalações de uso comum de prédio ou conjunto com predominância de unidades consumidoras não residenciais. A classe comercial deve ser estratificada nas seguintes subclasses: comercial; serviços de transportes, exclusive tração elétrica; serviços de comunicações e telecomunicações; serviços de irrigação; outros serviços e outras atividades.

Energia Elétrica Rural: São alocados nesta categoria consumidores que desenvolvem atividade rural com objetivos econômicos. Esta categoria é estratificada nas seguintes subclasses: agropastoril; cooperativa de eletrificação rural; indústria rural e coletividade rural.

Energia Elétrica em Outras Classes: São incluídas nesta classe as seguintes subclasses:

- Consumo Próprio: é o fornecimento destinado ao próprio concessionário devendo ser consideradas: próprio, canteiro de obras e interno;
- Iluminação Pública: iluminação de ruas, praças, avenidas, jardins, vias, estradas e outros logradouros de domínio público de uso comum e livre acesso de responsabilidade de pessoa jurídica de direito público;
- Poder Público: são alocados nesta categoria os consumidores, independentes da atividade desenvolvida, que forem de responsabilidade de pessoa jurídica de direito público, exceto a iluminação pública e os serviços públicos.
- Serviço Público: são alocados nesta categoria os consumidores que utilizam motores, máquinas e equipamentos para prestação de serviços públicos de água, esgoto, saneamento e tração urbana e/ou ferrovia explorados mediante concessão ou autorização.

ANEXO B - EXIGÊNCIA DE ASSOCIATIVISMO PARA ACESSAR MERCADOS INSTITUCIONAIS

Notícia publicada no portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (BRASIL, 2005) enfocando a necessidade da Associação em entidades de classe para acessar o PNAE/ PAA.

R\$ 34 milhões para Programa de Aquisição de Alimentos (30/06/2011 06:26)

Associações e cooperativas da agricultura familiar de todo país já podem procurar uma Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento (SUREG/CONAB) para entregar proposta de participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) colocou à disposição das organizações da agricultura familiar, em 2011, mais de R\$ 34 milhões. A liberação do recurso foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) da terça-feira (28).

O acesso ao recurso se dará por meio da modalidade de Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (CPR/Estoque), executada pelo MDA, em parceria com a Conab. Em 2010, o MDA disponibilizou cerca de R\$ 57 milhões e foram beneficiados cerca de 11 mil agricultores familiares. A meta agora é atender, este ano, mais de 10 mil agricultores familiares.

Esta modalidade do PAA CPR Estoque permite que cada cooperativa/associação da agricultura familiar acesse, anualmente, recursos até o limite de R\$ 1,5 milhão. O limite por agricultor familiar associado é de até R\$ 8 mil por ano.

As cooperativas e associações devem encaminhar a proposta de participação para a Superintendência Regional da Conab (SUREGs) no seu estado. Encontre aqui a relação de Superintendências.

O recurso disponibilizado pelo MDA permite que organizações adquiram a produção dos agricultores familiares. O objetivo é que as cooperativas e associações formem seus próprios estoques para comercialização em condições mais favoráveis, seja pelo beneficiamento e agregação de valor ao produto, ou por sua oferta em momentos mais oportunos, em que o preço de mercado esteja mais atrativo para a cooperativa/associação.

Departamento de Economía Rural

Versão definitiva do levantamento da produção rural paranaense por município

Ano: **2010**

G	Produto	Unid	Área	Produção/ Reb. Estático	Abatidos/ comercializ.	Valor (R\$)
A	AVEIA PRETA (GRAO)	TON	480,00	720,00		231.242,40
A	CANA-DE-ACUCAR	TON	10,00	500,00		17.965,00
A	CANOLA	TON	45,00	54,00		35.325,18
A	FEIJAO SAFRA DA SECA	TON	60,00	104,10		154.015,95
A	FEIJAO SAFRA DAS AGUAS	TON	25,00	12,50		14.400,00
A	FUMO	TON	2,00	4,00		23.778,24
A	MANDIOCA INDUSTRIA	TON	900,00	24.300,00		6.232.707,00
A	MILHO SAFRA NORMAL	TON	1.400,00	11.480,00		2.803.071,60
A	MILHO SAFRINHA	TON	15.000,00	75.000,00		22.725.000,00
A	SEMENTE DE AVEIA PRETA	TON		23,00		369,38
A	SEMENTE DE TRIGO	TON	0,00	1.998,00		84.555,36
A	SOJA SAFRA NORMAL	TON	21.000,00	75.600,00		43.445.052,00
A	SOJA SAFRINHA	TON	1.300,00	1.430,00		834.876,90
A	TRIGO	TON	3.500,00	9.450,00		3.998.956,50
B	ALFACE	TON	1,00	10,00		7.488,90
B	BETERRABA	TON	0,50	10,00		6.895,70
B	CENOURA	TON	0,50	10,00		5.895,70
B	FEIJAO-VAGEM	TON	0,50	10,00		16.600,00
B	PEPINO	TON	0,50	30,00		29.065,80
B	TOMATE SAFRAO	TON	0,20	4,00		4.297,40
C	AMEIXA	TON	0,10	1,00		1.460,00
C	MACA	TON	0,20	1,00		780,40
C	MELANCIA	TON	0,20	6,00		2.460,00
C	PESSEGO	TON	0,80	3,20		4.256,00
C	UVA DE MESA	TON	1,00	10,00		22.500,00
C	UVA VINIFERA	TON	3,00	30,00		35.400,00
D	BAGRE	KG	0,00		80	269,60
D	BEZERRAS	CAB			117	55.213,47
D	BEZERROS	CAB			35	20.537,30
D	BOVINOS (BOI GORDO)	KG		8.709,00	300	391.680,00
D	CAMA DE AVIARIO	TON		19.303,00		
	1.405.065,37					
D	CAPRINOS (PARA CORTE)	KG		680,00	476	70.343,28
D	CARPA	KG			100	331,00
D	CERA DE ABELHA	KG		70,00		938,00
D	ESTERCO DE POEDEIRA	TON		32,00		2.533,12
D	ESTERCO DE SUINOS/BOVINOS	TON		50.280,00		2.509.977,60
D	FENO OUTROS	TON		800,00		173.224,00
D	FRANGO DE CORTE (AVES DE CORTE)	KG		2.144.789,00	12.868.739	56.211.938,83
D	GALINHA CAIPIRA (PESO VIVO)	KG		8.300,00	6.000	59.796,00
D	GALINHA POSTURA DESCARTE	KG		1.600,00	980	1.848,28
D	GARROTES	CAB			42	31.386,18
D	LEITE	LIT		14.664.720,00		9.972.009,60
D	MEL	KG		3.500,00		16.415,00
D	NOVILHAS	CAB			137	96.786,39
D	OVINOS (PARA CORTE)	KG		1.060,00	424	58.232,16
D	OVOS DE GALINHA	DZ		60.000,00		67.200,00
D	SILAGEM DE MILHO E/OU SORGO	TON		60.000,00		3.987.600,00
D	SUINOS < 2 MESES (leिताo p/recria)	UNI			22.114	2.128.030,22
D	SUINOS-RACA (para abate)	KG		58.845,00	125.061	31.515.372,00
D	TILAPIA	KG			1.573.000	4.986.410,00
D	TOUROS	CAB			3	4.874,49
D	VACA (PARA CORTE)	KG			340	330.752,00
D	VACA (PARA CRIA)	CAB			237	262.911,21
E	MADEIRAS - EM TORA P/OUTRAS FINALIDADES	M3		3.200,00		241.568,00
E	MADEIRAS – LENHA	M3		36.000,00		741.240,00
F	ORQUÍDEA	UNI		40.000,00		720.800,00
TOTAL MUNICIPAL						196.803.698,51

**Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento****Departamento de Economia Rural****Versão definitiva do levantamento da produção rural paranaense por município**Município: **São Pedro do Iguaçu**Núcleo Regional: **Toledo**Ano: **2010**

G	Produto	Unid	Área	Produção/ Reb. Estático	Abatidos/ comercializ.	Valor (R\$)
A	AVEIA PRETA (GRAO)	TON	480,00	720,00		231.242,40
A	AMENDOIM SAFRA DAS AGUAS	TON	10,00	20,00		29.912,00
A	ARROZ SEQUEIRO	TON	10,00	20,00		11.380,00
A	AVEIA BRANCA	TON	100,00	200,00		66.834,00
A	AVEIA PRETA (GRAO)	TON	200,00	240,00		77.080,80
A	CAFE	TON	36,00	64,80		293.544,00
A	CANA-DE-ACUCAR	TON	75,00	5.250,00		188.632,50
A	CANOLA	TON	394,00	472,80		309.291,58
A	FEIJAO SAFRA DA SECA	TON	20,00	25,00		36.987,50
A	FEIJAO SAFRA DAS AGUAS	TON	20,00	30,00		34.560,00
A	FUMO	TON	196,00	450,80		2.679.807,65
A	MANDIOCA INDUSTRIA	TON	300,00	9.000,00		2.308.410,00
A	MILHO SAFRA NORMAL	TON	1.000,00	10.000,00		2.441.700,00
A	MILHO SAFRINHA	TON	1.600,00	8.160,00		2.472.480,00
A	SEMENTE DE SOJA	TON		359,00		10.396,64
A	SEMENTE DE TRIGO	TON		1.255,80		53.145,46
A	SOJA SAFRA NORMAL	TON	13.650,00	45.045,00		25.886.010,15
A	SOJA SAFRINHA	TON	50,00	85,00		49.625,55
A	TRIGO	TON	6.000,00	17.400,00		7.363.158,00
A	TRITICALE	TON	200,00	460,00		120.290,00
B	ABOBORA-TETSUKABUTO (KABOTIA)	TON	1,50	30,00		12.600,00
B	ABOBRINHA VERDE	TON	0,50	6,00		5.460,00
B	ALFACE	TON	1,00	16,00		11.982,24
B	ALFAVACA (folha desidratada)	KG	1,00	1.200,00		8.400,00
B	ALHO	TON	20,00	50,00		255.860,00
B	BATATA DOCE	TON	2,00	40,00		30.800,00
B	CALENDULA (FOLHA SECA)	KG	0,60	600,00		5.664,00
B	CAPIM LIMAO / CAPIM SANTO (verde)	KG	0,80	900,00		810,00
B	CARQUEJA (seca/desidratada)	KG	1,00	800,00		2.720,00
B	CENOURA	TON	0,50	6,00		3.537,42
B	HORTELA/MENTA (verde)	KG	0,30	600,00		420,00
B	MELISSA (SECA)	KG	0,60	650,00		4.225,00
B	OREGANO	KG	0,50	520,00		4.940,00
B	OUTRAS ESPECIARIAS	KG	0,50	800,00		5.600,00
B	PEPINO	TON	1,50	15,00		14.532,90
B	POEJO ORGANICO (FOLHA SECA)	KG	0,50	450,00		2.250,00
B	REPOLHO	TON	0,80	16,00		4.325,76
B	SALVIA (verde)	KG	0,50	450,00		315,00
B	TOMATE SAFRAO	TON	2,00	40,00		42.974,00
C	ABACATE	TON	1,00	40,00		24.460,00
C	ABACAXI	TON	0,50	10,00		6.900,00
C	ACEROLA	TON	0,40	3,00		2.430,00
C	BANANA	TON	2,00	24,00		8.792,64
C	CAQUI	TON	0,20	5,00		5.077,50
C	LARANJA	TON	3,00	30,00		7.766,40
C	LIMAO	TON	1,00	12,00		9.120,00
C	MACA	TON	0,50	5,00		3.902,00
C	MANGA	TON	3,00	60,00		57.600,00
C	MARACUJA	TON	0,20	3,00		4.890,00
C	MELANCIA	TON	2,00	40,00		16.400,00
C	MORANGO (moranguinho)	TON	1,00	12,00		50.760,00
C	UVA VINIFERA	TON	6,00	72,00		84.960,00
D	BEZERRAS	CAB			528	249.168,48
D	BEZERROS	CAB			524	307.472,72
D	BOVINOS (BOI GORDO)	KG	20.584,00		935	1.220.736,00
D	CAMA DE AVIARIO	TON	0,00	2.169,00		157.881,51
D	CAPINEIRAS (forragem verde p/alimentação animal)	TON	6.000,00			196.620,00
D	CARPA	KG			15.000	49.650,00
D	CERA DE ABELHA	KG	120,00			1.608,00
D	EQUINOS DE RACA (EQUITACAO, LAZER,ETC)	CAB	25,00		7	20.353,90
D	ESTERCO DE POEDEIRA	TON	897,00			71.006,52
D	ESTERCO DE SUINOS/BOVINOS	TON	30.350,00			1.515.072,00
D	FENO OUTROS	TON	820,00			177.554,60
D	FRANGO DE CORTE (AVES DE CORTE)	KG	291.006,00		1.746.041	7.407.928,15

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
Departamento de Economia Rural

Versão definitiva do levantamento da produção rural paranaense por município

Município: **São Pedro do Iguaçu** (Cont.)

Núcleo Regional: **Toledo**

Ano: **2010**

[illegible]

ANEXO D - ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS DE MARIPÁ E SÃO PEDRO DO IGUAÇU

1. Organizações Associativas do município de Maripá

ESPÉCIE/ NATUREZA	OBJETO	Nº	NOME/LOCAL
Associações de Agricultores	Gestão de sistemas comunitários de abastecimento de água, abastecedouros e equipamentos comunitários para a produção e/ou viabilização de comercialização conjunta.	17	Assoc. de Moradores e Agricultores de Novo Blumenau e Linha Chapecó Assoc. de Moradores e Agricultores da Comunidade do Trevo Assoc. de Moradores e Agricultores da Estrada Gaúcha Assoc. de Moradores e Agricultores da Linha 05 de Outubro Assoc. de Moradores e Agricultores da Linha 18 de Abril(Vila Candeia) Assoc. de Moradores e Agricultores da Linha Arapaçu Assoc. de Moradores e Agricultores da Linha Arara Assoc. de Moradores e Agricultores da Linha Independente - (Pérola Independente) Assoc. de Moradores e Agricultores da Linha Piratininga Assoc. de Moradores e Agricultores da Linha Sete Rumos Assoc. de Moradores e Agricultores da Sanga da Sede Assoc. de Moradores e Agricultores da Bairro das Chácaras Assoc. de Moradores e Agricultores da Linha Alto Aurora Assoc. de Moradores e Agricultores da Linha Manacá e 18 de Abril (Perola Independente) Assoc. de Moradores e Agricultores da Linha Maravilha Assoc. de Moradores e Agricultores da Linha Harmonia (Pérola Independente) Associação dos Produtores de Maripá (casa do artesão e prod. Transformados)
Associações de Classe	Organização do setor/categoria, capacitação, organização para a comercialização de produtos e abertura de novos mercados, prestação de serviços aos associados.	4	AQUIMAP – Assoc. dos Aquicultores de Maripá AOM – Assoc. dos Orquideocultores de Maripá Assoc. dos Fruticultores de Maripá ACIMA – Assoc. Com. e Ind. de Maripá
Associações de Servidores Públicos	Organização e confraternidade dos servidores públicos do Município de Maripá	1	Associação dos Servidores Municipais de Maripá
Associações de Estudantes	Viabilização do transporte coletivo para o deslocamento ao ensino (superior) em cidades vizinhas	1	Associação de Estudantes Universitários

Associações Culturais	Cunho educativo com objetivo de resgate e fortalecimento das origens culturais da população.	1	Associação Cultural Blumenstrauß
Associações Desportivas e Sociais	Confraternidade com a realização de atividades desportivas, sociais e culturais.	2	CREMA - Clube de Recreação Esportiva Maripaense Atirador Associação Pérola Independente
Associações para a difusão e realização de eventos	Associação recreativa, difusora e gestora do Evento "Arrancadão de Tratores" que é uma das marcas do município.	1	Automóvel Clube de Maripá
Associações Filantrópicas	Cunho filantrópico que realiza ações de Assistência Social	1	ASSOMA – Associação Organizada de Maripá
Grupos de Mães/Senhoras	Confraternidade, capacitações e discussão de temas específicos da organização feminina (Fomentados pela C Vale e hoje tem vida própria)	5	Grupo de Mulheres Sede Grupo de Mulheres Candeia Grupo de Mulheres Pérola Independente Grupo de Mulheres Alto Aurora Grupo de Mulheres Estrada Gaúcha
Clubes de Idosos	Confraternidade entre os participantes (idade acima de 55 anos) com a realização de atividades esportivas, culturais e recreativas.	3	Clubes de Idosos Sede Clubes de Idosos Candeia Clubes de Idosos Pérola Independente
Organizações Sindicais	Organização Sindical e defesa dos interesses econômicos, profissionais, sociais e políticos dos seus associados.	3	Sindicato Rural de Maripá Sindicato dos Trabalhadores Rurais De Maripá Sindicato dos Servidores de Maripá
Grupos Religiosos	Grupos informais, compostos a partir de uma base de organização religiosa e que realizam atividades abertas a comunidade, especialmente festas gastronômicas.	10	Igreja Católica de Maripá (sede) Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil Igreja Evangélica Luterana no Brasil Capela Católica Nova Blumenau Capela Esquina Santa-Fé Igreja Católica Candeia Igreja Luterana de Candeia Capela de Alto Aurora Igreja Católica Pérola Independente Igreja Luterana de Pérola Independente
Associações Comunitárias	Organização e centralização de forças de moradores de uma determinada comunidade para representar, de maneira mais eficaz, interesses comuns	1	Associação de Moradores do Mutirão 1 e Mutirão 2
TOTAL		50	

2. Organizações Associativas do município de São Pedro do Iguaçu

ESPÉCIE/ NATUREZA	OBJETO	Nº	NOME/LOCAL
Associações de Agricultores	Gestão de sistemas comunitários de abastecimento de água, abastecedores e equipamentos comunitários para a produção e/ou viabilização de comercialização conjunta	4	Associação dos Moradores da Vila Rural Associação dos Moradores do Assentamento Nova União AAFASPI (Produtos da Agricultura Familiar) Saboart (Produtos de Artesanato)
Associações Comunitárias	Organização e centralização de forças de moradores de uma determinada comunidade para representar, de maneira mais eficaz interesses comuns	4	Associação de Moradores São Francisco Associação de Moradores Luz marina Associação de Moradores São Judas Associação de Moradores Campo Grande
Associações Filantrópicas	Cunho filantrópico que realiza ações de Assistência Social	2	APAE –Escola de Educação Especial – Raio de Luz PROVOPAR – Ação Social Municipal
Associações de Estudantes	Viabilização do transporte coletivo para o deslocamento ao ensino (superior) em cidades vizinhas	1	Associação de Estudantes de São Pedro do Iguaçu – AESPI
Associações desportivas	Grupos organizados em razão do futebol e que organizam eventos esportivos promocionais	2	Veteranos São Francisco Veteranos Bola de Ouro
Clubes de Mães/Senhoras	Confraternidade, capacitações e discussão de temas específicos da organização feminina	7	Clube de Mães “Unidas Venceremos” - Luz Marina Clube de Mães São Judas Clube de Mães “Cantinho da Esperança” - São Francisco Clube de Mães “Damas Primavera” - Aparadão Clube de Mães Vila Rural da Paz São Pedro União de Senhoras - Sede Clube de Mães Nossa Senhora da Salete – Marco três Clube de Mães do Assentamento Nova União
Grupos Religiosos	Grupos informais, compostos a partir de uma base de organização religiosa e que realizam atividades abertas a comunidade, especialmente festas gastronômicas.	14	Capela Católica Santa Luzia Capela São Francisco Igreja Evang. Conf. Luterana no Brasil Paróquia São Pedro do Iguaçu Capela São João Batista/Luz Marina Igreja Luterana Mateus de S. P. Iguaçu Igreja Católica Aparadão/Luz Marina Capela São Judas Capela Sagrado Coração de Jesus Igreja Católica Marco Três Igreja Evangélica Luterana do Brasil Capela Santa Luzia Renov. Carism. Católica São Pedro Renov. Carism. Católica Luz Marina
Clubes de Idosos	Confraternidade entre os participantes (idade acima de 55 anos) com a realização de atividades esportivas, culturais e recreativas.	4	APISPI São Pedro APISPI Luz Marina APISPI São Francisco APISPI São Judas
Associação de Rádio Difusão	Possuem concessão de Rádio Comunitária, funcionam como associação	1	Rádio Comunitária São Pedro do Iguaçu
TOTAL		39	